

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	20
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	21
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	25
---	----

Notas Explicativas	42
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	136
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	141
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	142

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.583.506
Preferenciais	0
Total	203.583.506
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	10.130.757	8.658.127	11.962.030
1.01	Ativo Circulante	26.562	40.427	27.220
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	545	8.693	12.179
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.558	18.384	13.393
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.558	18.384	13.393
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.459	13.350	1.648
1.01.08.03	Outros	11.459	13.350	1.648
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	11.459	13.350	1.648
1.02	Ativo Não Circulante	10.104.195	8.617.700	11.934.810
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	48.661	50.525	56.202
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	48.661	50.525	56.202
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	48.347	49.974	55.315
1.02.01.10.04	Depósitos e bloqueios judiciais	314	551	887
1.02.02	Investimentos	9.992.514	8.504.155	11.815.588
1.02.02.01	Participações Societárias	9.992.514	8.504.155	11.815.588
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	9.992.514	8.504.155	11.815.588
1.02.04	Intangível	63.020	63.020	63.020
1.02.04.01	Intangíveis	63.020	63.020	63.020
1.02.04.01.02	Ágio	63.020	63.020	63.020

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	10.130.757	8.658.127	11.962.030
2.01	Passivo Circulante	38.916	76.451	1.548.016
2.01.02	Fornecedores	403	92	156
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	403	92	156
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.488	2.411	1.204
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.488	2.411	1.204
2.01.03.01.02	Outros	19.488	2.411	1.204
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.528.037
2.01.04.02	Debêntures	0	0	1.528.037
2.01.05	Outras Obrigações	19.025	73.948	18.619
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.025	73.948	18.619
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	19.025	73.948	18.619
2.02	Passivo Não Circulante	1.932.990	2.050.388	485.218
2.02.02	Outras Obrigações	1.932.990	2.050.388	485.218
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.932.990	2.050.388	485.218
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	1.932.990	2.050.388	485.218
2.03	Patrimônio Líquido	8.158.851	6.531.288	9.928.796
2.03.01	Capital Social Realizado	9.509.569	9.509.569	9.509.569
2.03.04	Reservas de Lucros	4.874.513	3.293.084	1.455.708
2.03.04.01	Reserva Legal	244.476	165.494	77.080
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	4.630.037	3.127.590	1.449.873
2.03.04.11	Ganhos e perdas em transações de capital	0	0	-71.245
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.225.231	-6.271.365	-1.036.481
2.03.08.01	Ganhos e perdas em transações de capital	-6.241.373	-6.241.379	-709.674
2.03.08.02	Outros resultados abrangentes	16.142	-29.986	-326.807

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.431.801	2.040.068	1.709.271
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-906	-765	-275
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17	-1.970	-1.350
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.432.724	2.042.803	1.710.896
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.431.801	2.040.068	1.709.271
3.06	Resultado Financeiro	156.639	-105.042	-96.723
3.06.01	Receitas Financeiras	398.694	671	31.265
3.06.02	Despesas Financeiras	-242.055	-105.713	-127.988
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.588.440	1.935.026	1.612.548
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.803	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.579.637	1.935.026	1.612.548
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.579.637	1.935.026	1.612.548
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00776	0,0095	0,00792
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00776	0,0095	0,00792

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	1.579.637	1.935.026	1.612.548
4.02	Outros Resultados Abrangentes	46.128	296.821	-18.759
4.02.01	Ganho (perda) na atualização do plano de benefício	70.161	444.934	-21.176
4.02.02	Efeito de IR e CS sobre o ganho (perda) na atualização do plano de benefício	-23.855	-151.277	7.200
4.02.03	Reflexo de variação cambial sobre investimento no exterior	-178	3.164	-4.783
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.625.765	2.231.847	1.593.789

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.852	-12.359	-12.376
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	354.513	-2.484	-2.989
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos e contribuição social	1.588.440	1.935.026	1.612.548
6.01.01.02	Provisão para variação cambial	-25.683	27.170	82.544
6.01.01.03	Juros provisionados	224.480	78.123	12.815
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-1.432.724	-2.042.803	-1.710.896
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-349.661	-9.875	-9.387
6.01.02.01	Tributos a recuperar, líquidos	5.453	351	-11.837
6.01.02.02	Obrigações fiscais. Líquidas	8.273	1.206	916
6.01.02.03	Parte relacionadas	-363.952	-11.703	2.020
6.01.02.04	Fornecedores	312	-64	-307
6.01.02.05	Outras obrigações circulantes e não circulantes	253	335	-179
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.000	23.855	24.124
6.02.01	Aumento de capital	-82.269	-34.500	-1.000
6.02.02	Aumento de participação	0	-131.693	-16
6.02.03	Dividendos recebidos	69.269	190.048	25.140
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-14.982	0
6.03.01	Empréstimos, debêntures e partes relacionadas obtidos	0	1.538.000	0
6.03.02	Empréstimos, debêntures e partes relacionadas pagos	0	-1.515.000	0
6.03.03	Juros pagos	0	-37.982	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.148	-3.486	11.748
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.693	12.179	431
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	545	8.693	12.179

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	16.799	-15.007	6	1.798
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	16.799	0	0	16.799
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-15.007	0	-15.007
5.04.10	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	0	6	6
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.579.637	46.128	1.625.765
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.579.637	0	1.579.637
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	46.128	46.128
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	46.306	46.306
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-178	-178
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.564.630	-1.564.630	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	78.982	-78.982	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.485.648	-1.485.648	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	1.455.708	0	-1.036.481	9.928.796
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	71.245	0	-71.245	0
5.02.01	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	71.245	0	-71.245	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	1.526.953	0	-1.107.726	9.928.796
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	14.645	-183.540	-5.460.460	-5.629.355
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	14.645	0	0	14.645
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-16.799	0	-16.799
5.04.10	Prescrição de dividendos	0	0	0	954	0	954
5.04.11	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	-168.421	-5.460.460	-5.628.881
5.04.12	Efeito de cisão	0	0	0	726	0	726
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.935.026	296.821	2.231.847
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.935.026	0	1.935.026
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	296.821	296.821
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	293.657	293.657
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	3.164	3.164
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.751.486	-1.751.486	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	88.414	-88.414	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.663.072	-1.663.072	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	709.674	0	-709.674	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	0	-70.207	-1.017.722	8.421.640
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-71.245	-14.645	0	-85.890
5.04.08	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	-71.245	0	0	-71.245
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-14.645	0	-14.645
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.611.805	-18.759	1.593.046
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.612.548	0	1.612.548
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-743	-18.759	-19.502
5.05.02.06	Efeitos de outras movimentações de controladas	0	0	0	-743	0	-743
5.05.02.07	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-13.976	-13.976
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-4.783	-4.783
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.526.953	-1.526.953	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	77.080	-77.080	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.449.873	-1.449.873	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	1.455.708	0	-1.036.481	9.928.796

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	0	1.101	0
7.01.02	Outras Receitas	0	1.101	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-763	-723	-238
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-763	-723	-238
7.03	Valor Adicionado Bruto	-763	378	-238
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-763	378	-238
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.831.418	2.043.474	1.742.161
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.432.724	2.042.803	1.710.896
7.06.02	Receitas Financeiras	398.694	671	31.265
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.830.655	2.043.852	1.741.923
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.830.655	2.043.852	1.741.923
7.08.01	Pessoal	159	42	37
7.08.01.01	Remuneração Direta	159	42	37
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.149	3.104	2.812
7.08.02.01	Federais	26.149	3.104	2.812
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	224.710	105.680	126.526
7.08.03.01	Juros	224.481	78.141	43.522
7.08.03.03	Outras	229	27.539	83.004
7.08.03.03.01	Variações cambiais passivas	0	27.170	82.544
7.08.03.03.02	Outras	229	369	460
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.579.637	1.935.026	1.612.548
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.579.637	1.935.026	1.612.548

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	103.955.141	93.039.011	76.972.969
1.01	Ativo Circulante	12.159.996	11.714.523	10.053.361
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.739.669	1.738.910	533.253
1.01.03	Contas a Receber	6.426.906	6.117.610	4.832.497
1.01.03.01	Clientes	6.426.906	6.117.610	4.832.497
1.01.04	Estoques	498.006	409.679	414.074
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.154.203	1.218.853	1.125.706
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.154.203	1.218.853	1.125.706
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.392.610	1.288.408	1.163.258
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	948.602	941.063	1.984.573
1.01.08.03	Outros	948.602	941.063	1.984.573
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	455.056	491.044	1.490.346
1.01.08.03.02	Outros ativos contratuais	245.211	195.526	226.794
1.01.08.03.03	Ativo atuarial	0	120.495	135.928
1.01.08.03.04	Outros	248.335	133.998	131.505
1.02	Ativo Não Circulante	91.795.145	81.324.488	66.919.608
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.760.246	19.043.687	14.152.323
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	7.461	1.000	0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	7.461	1.000	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.752.785	19.042.687	14.152.323
1.02.01.10.03	Depósitos e bloqueios judiciais	4.377.228	3.948.262	3.285.828
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	2.395.974	2.365.592	1.769.492
1.02.01.10.05	Tributos diferidos	11.357.881	11.280.749	7.600.750
1.02.01.10.06	Outros ativos contratuais	12.785	14.456	17.977
1.02.01.10.07	Despesas antecipadas	1.344.116	1.326.843	1.244.458
1.02.01.10.08	Ativo atuarial	24	20	121.655
1.02.01.10.09	Outros	264.777	106.765	112.163
1.02.02	Investimentos	183.318	174.275	1.989.646

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.02.01	Participações Societárias	183.318	174.275	1.989.646
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	183.299	174.256	1.989.627
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	19	19	19
1.02.03	Imobilizado	53.554.933	47.193.028	40.871.061
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	38.261.004	35.845.810	29.819.876
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	11.257.966	6.132.632	5.085.894
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.035.963	5.214.586	5.965.291
1.02.04	Intangível	18.296.648	14.913.498	9.906.578
1.02.04.01	Intangíveis	18.296.648	14.913.498	9.906.578
1.02.04.01.02	Intangível em operação	16.720.069	10.599.820	9.495.780
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	1.576.579	4.313.678	410.798

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	103.955.141	93.039.011	76.972.969
2.01	Passivo Circulante	26.043.070	24.248.036	15.635.839
2.01.02	Fornecedores	10.174.515	12.614.788	7.657.181
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.174.515	12.614.788	7.657.181
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.479.889	1.569.534	677.388
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.437.284	1.459.734	647.036
2.01.03.01.05	Outros	19.107	11.987	5.220
2.01.03.01.06	Obrigações fiscais federais	2.418.177	1.447.747	641.816
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.965	81.775	708
2.01.03.02.03	Obrigações fiscais estaduais	4.965	81.775	708
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	37.640	28.025	29.644
2.01.03.03.01	Obrigações fiscais municipais	37.640	28.025	29.644
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.385.356	5.857.462	3.039.140
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.507.202	2.255.125	374.162
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.507.202	2.255.125	374.162
2.01.04.02	Debêntures	2.878.154	3.602.337	2.664.978
2.01.05	Outras Obrigações	7.417.483	3.759.622	3.786.777
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.307.930	794.380	1.686.421
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.307.930	794.380	1.686.421
2.01.05.02	Outros	4.109.553	2.965.242	2.100.356
2.01.05.02.04	Receitas diferidas	215.291	170.150	176.183
2.01.05.02.05	Passivo atuarial	9.283	9.996	11.833
2.01.05.02.06	Outras obrigações	524.781	451.504	421.429
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	3.360.198	2.333.592	1.490.911
2.01.06	Provisões	585.827	446.630	475.353
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	82.818	92.574	63.851
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	82.818	92.574	63.851
2.01.06.02	Outras Provisões	503.009	354.056	411.502

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.06.02.04	Participação de empregados no resultado	503.009	354.056	411.502
2.02	Passivo Não Circulante	61.443.321	55.007.736	40.671.531
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.750.000	0	5.654.615
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	2.154.615
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	2.154.615
2.02.01.02	Debêntures	5.750.000	0	3.500.000
2.02.02	Outras Obrigações	46.197.661	45.952.553	26.918.455
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	31.854.085	36.383.332	19.019.421
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	31.854.085	36.383.332	19.019.421
2.02.02.02	Outros	14.343.576	9.569.221	7.899.034
2.02.02.02.03	Passivo atuarial	1.684.867	1.766.691	2.566.859
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais, líquidas	145.973	150.370	145.177
2.02.02.02.05	Outras obrigações, líquidas	611.808	454.609	323.584
2.02.02.02.06	Receitas diferidas	118.819	211.491	106.172
2.02.02.02.07	Fornecedores	1.302.102	1.568.029	824.294
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamento	10.480.007	5.418.031	3.932.948
2.02.04	Provisões	9.495.660	9.055.183	8.098.461
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.041.448	8.371.322	7.289.185
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.142.909	4.857.193	4.590.536
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	972.593	1.003.713	890.787
2.02.04.01.06	Provisões cíveis e regulatório	2.925.946	2.510.416	1.807.862
2.02.04.02	Outras Provisões	454.212	683.861	809.276
2.02.04.02.04	Provisão para desmantelamento de ativos	454.212	683.861	809.276
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	16.468.750	13.783.239	20.665.599
2.03.01	Capital Social Realizado	9.509.569	9.509.569	9.509.569
2.03.04	Reservas de Lucros	4.874.513	3.293.084	1.455.708
2.03.04.01	Reserva Legal	244.476	165.494	77.080
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	4.630.037	3.127.590	1.449.873

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.04.11	Ganhos e perdas em transações de capital	0	0	-71.245
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.225.231	-6.271.365	-1.036.481
2.03.08.01	Ganhos e perdas em transações de capital	-6.241.373	-6.241.379	-709.674
2.03.08.02	Outros Resultados abrangentes	16.142	-29.986	-326.807
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	8.309.899	7.251.951	10.736.803

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	42.672.762	39.717.998	36.207.874
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-25.196.435	-23.775.050	-20.493.613
3.03	Resultado Bruto	17.476.327	15.942.948	15.714.261
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.495.401	-9.533.461	-8.740.584
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.556.326	-7.636.889	-6.969.586
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.173.889	-2.959.956	-2.599.974
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.649.949	1.579.860	929.430
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-438.246	-549.098	-269.615
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.111	32.622	169.161
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.980.926	6.409.487	6.973.677
3.06	Resultado Financeiro	-4.237.069	-5.418.903	-3.979.283
3.06.01	Receitas Financeiras	2.304.303	405.765	498.432
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.541.372	-5.824.668	-4.477.715
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.743.857	990.584	2.994.394
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-157.810	2.461.580	481.469
3.08.01	Corrente	-382.531	-643.256	449.771
3.08.02	Diferido	224.721	3.104.836	31.698
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.586.047	3.452.164	3.475.863
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.586.047	3.452.164	3.475.863
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.579.637	1.935.026	1.612.548
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.006.410	1.517.138	1.863.315
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00776	0,0095	0,00972

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.586.047	3.452.164	3.475.863
4.02	Outros Resultados Abrangentes	98.859	648.114	-41.457
4.02.01	Perda na atualização do plano de benefício	150.517	971.556	-46.829
4.02.02	Efeito de IR e CS sobre a perda na atualização do plano de benefício	-51.176	-330.329	15.922
4.02.03	Reflexo de variação cambial sobre investimento no exterior	-482	6.887	-10.550
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.684.906	4.100.278	3.434.406
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.625.765	2.231.847	1.593.789
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.059.141	1.868.431	1.840.617

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.012.350	21.315.430	14.266.759
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	19.834.881	18.098.542	15.983.623
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.743.858	990.584	2.994.394
6.01.01.02	Depreciação e amortização	11.031.667	10.155.172	8.167.656
6.01.01.04	Provisão para variação cambial	-1.493.455	947.859	71.970
6.01.01.05	Provisão para perdas de crédito esperadas	989.281	712.649	664.678
6.01.01.06	Provisão para perdas em estoques	37.133	10.951	6.350
6.01.01.07	Baixa de imobilizado e intangível	153.739	278.770	133.103
6.01.01.08	Provisão de juros e atualização monetária	5.680.470	4.480.179	3.481.852
6.01.01.09	Provisão para contingências	719.335	615.145	530.048
6.01.01.10	Provisão para desmantelamento de ativos	-4.036	-60.145	102.733
6.01.01.11	Equivalência patrimonial	-23.111	-32.622	-169.161
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.822.531	3.216.888	-1.716.864
6.01.02.01	Contas a receber	-1.056.472	-1.293.741	-640.241
6.01.02.02	Estoque	-125.460	-243	-128.751
6.01.02.03	Tributos a recuperar, líquidos	86.056	114.772	-257.241
6.01.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-69.865	81.688	213.555
6.01.02.06	Fornecedores e outras contas a pagar	-3.171.637	5.004.916	-1.300.426
6.01.02.07	Obrigações fiscais	728.516	-110.986	1.024.904
6.01.02.08	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-322.263	-218.659	0
6.01.02.09	Provisões	178.547	-293.530	-521.207
6.01.02.10	Receitas diferidas	-98.610	1.326	106.300
6.01.02.11	Partes relacionadas, líquidas	-497.195	366.523	-68.543
6.01.02.12	Despesas antecipadas	126.151	69.356	-251.239
6.01.02.13	Obrigações sociais e trabalhistas	944.757	-33.653	6.451
6.01.02.14	Pagamento de contingências	-725.993	-714.451	0
6.01.02.15	Outros ativos	-819.063	243.570	99.574
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.597.372	-16.084.991	-8.098.464

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.01	Adições para imobilizado e intangível	-10.107.773	-16.312.306	-7.794.446
6.02.02	Aumento de participação	0	0	-304.018
6.02.03	Aumento de capital	-369	-700	0
6.02.04	Dividendos	0	7.461	0
6.02.05	Caixa e equiv de caixa proveniente de consolidação de empresas	0	220.554	0
6.02.06	Aquisição de empresa líquido de caixa adquirido	-3.489.230	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.414.219	-4.024.782	-5.832.764
6.03.04	Pagamento de arrendamento	-3.482.553	-2.399.964	-1.551.544
6.03.05	Financiamento, debêntures, mútuo pagos	-4.371.786	-29.817.838	-3.825.369
6.03.06	Financiamento, debêntures, mútuo obtidos	9.461.075	29.861.083	2.500.000
6.03.07	Juros pagos	-3.020.955	-1.668.063	-2.955.851
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	759	1.205.657	335.531
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.738.910	533.253	197.722
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.739.669	1.738.910	533.253

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288	7.251.951	13.783.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288	7.251.951	13.783.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	16.799	-15.007	6	1.798	-1.192	606
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	16.799	0	0	16.799	0	16.799
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-15.007	0	-15.007	-265	-15.272
5.04.10	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	0	6	6	-927	-921
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.579.637	46.128	1.625.765	1.059.140	2.684.905
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.579.637	0	1.579.637	1.006.410	2.586.047
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	46.128	46.128	52.730	98.858
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	46.306	46.306	53.035	99.341
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-178	-178	-305	-483
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.564.630	-1.564.630	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	78.982	-78.982	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.485.648	-1.485.648	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851	8.309.899	16.468.750

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	1.455.708	0	-1.036.481	9.928.796	10.736.803	20.665.599
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	71.245	0	-71.245	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	1.526.953	0	-1.107.726	9.928.796	10.736.803	20.665.599
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	14.645	-183.540	-5.460.460	-5.629.355	-5.353.283	-10.982.638
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	14.645	0	0	14.645	0	14.645
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-16.799	0	-16.799	0	-16.799
5.04.10	Prescrição de dividendos	0	0	0	954	0	954	240	1.194
5.04.11	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	-168.421	-5.460.460	-5.628.881	-5.353.523	-10.982.404
5.04.12	Efeito de cisão	0	0	0	726	0	726	0	726
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.935.026	296.821	2.231.847	1.868.431	4.100.278
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.935.026	0	1.935.026	1.517.138	3.452.164
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	296.821	296.821	351.293	648.114
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	293.657	293.657	347.570	641.227
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	3.164	3.164	3.723	6.887
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.751.486	-1.751.486	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	88.414	-88.414	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.663.072	-1.663.072	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288	7.251.951	13.783.239

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640	8.902.700	17.324.340
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	709.674	0	-709.674	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	0	-70.207	-1.017.722	8.421.640	8.902.700	17.324.340
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-71.245	-14.645	0	-85.890	-5.627	-91.517
5.04.08	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	-71.245	0	0	-71.245	0	-71.245
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-14.645	0	-14.645	0	-14.645
5.04.10	Redução de capital	0	0	0	0	0	0	-5.627	-5.627
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.611.805	-18.759	1.593.046	1.839.730	3.432.776
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.612.548	0	1.612.548	1.863.315	3.475.863
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-743	-18.759	-19.502	-23.585	-43.087
5.05.02.06	Efeitos de outras movimentações de controladas	0	0	0	-743	0	-743	-887	-1.630
5.05.02.07	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-13.976	-13.976	-16.931	-30.907
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-4.783	-4.783	-5.767	-10.550
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.526.953	-1.526.953	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	77.080	-77.080	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.449.873	-1.449.873	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	1.455.708	0	-1.036.481	9.928.796	10.736.803	20.665.599

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	52.748.319	51.898.619	46.559.510
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	52.540.760	51.168.516	47.478.780
7.01.02	Outras Receitas	1.196.840	1.442.752	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-989.281	-712.649	-919.270
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.001.092	-18.301.937	-15.034.008
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.446.982	-7.625.453	-6.778.299
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.554.110	-10.676.484	-8.255.709
7.03	Valor Adicionado Bruto	33.747.227	33.596.682	31.525.502
7.04	Retenções	-11.031.667	-10.155.172	-8.167.656
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.031.667	-10.155.172	-8.167.656
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.715.560	23.441.510	23.357.846
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.327.414	438.387	667.593
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.111	32.622	169.161
7.06.02	Receitas Financeiras	2.304.303	405.765	498.432
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.042.974	23.879.897	24.025.439
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.042.974	23.879.897	24.025.439
7.08.01	Pessoal	4.179.513	3.774.172	3.716.819
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.960.710	1.832.684	1.919.917
7.08.01.02	Benefícios	865.113	710.811	650.410
7.08.01.03	F.G.T.S.	183.927	132.751	219.009
7.08.01.04	Outros	1.169.763	1.097.926	927.483
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.731.901	10.641.984	12.294.626
7.08.02.01	Federais	3.532.832	1.013.097	2.906.927
7.08.02.02	Estaduais	7.995.720	9.378.632	9.179.310
7.08.02.03	Municipais	203.349	250.255	208.389
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.545.513	6.011.577	4.538.131
7.08.03.01	Juros	4.698.757	3.453.857	3.038.152
7.08.03.02	Aluguéis	81.181	252.802	94.872

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.03	Outras	1.765.575	2.304.918	1.405.107
7.08.03.03.01	Variações cambiais passivas	0	1.037.627	356.515
7.08.03.03.02	Atualização monetária	49.930	0	99.579
7.08.03.03.04	Outras despesas financeiras	1.715.645	1.267.291	949.013
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.586.047	3.452.164	3.475.863
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.579.637	1.935.026	1.612.548
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.006.410	1.517.138	1.863.315

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Administração da Claro Telecom Participações S.A. (“Claro Participações” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

1– Introdução

A Companhia foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia detém o controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes sociedades:

- Americel S.A. (“Americel”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”): Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimento presenciais, dentre outras atividades correlatas.
- Claro S.A. (“Claro”): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal – SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como “*Streaming*”, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de equipamentos.
- Claro NXT Telecomunicações S.A. (“Claro NXT”): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia – SCM, bem como serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de bens.
- Claro Pay Holding S.A. (“Claro Pay Holding”): Participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).
- Claro Pay S.A. – Instituição de Pagamento (“Claro Pay”): Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas.
- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home- DTH), bem como serviços de outras naturezas, tais como Serviços de Valor Adicionado – SVA, provimento de capacidade satelital, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- IMusica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Jonava”): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM.
- Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- Telmex do Brasil S.A. (“TdB”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA.
- Ustore Software e Serviços de Informática S.A. (“Ustore”): Prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis.

Todos esses negócios são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

Operações societárias relevantes:

- Compra da Operação de Telefonia Móvel do Grupo Oi pela Claro:

Em 28 de janeiro de 2021, a Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (posteriormente incorporada pela Oi S.A. – Em Recuperação Judicial - “Oi S.A.”), como vendedora, e a Claro, a TIM S.A. e a Telefônica Brasil S.A., como “Compradoras”, celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) para aquisição dos ativos da operação de telefonia móvel - Serviço Móvel Pessoal da Oi S.A. (“UPI Ativos Móveis”), cuja consumação estava sujeita a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação, conforme previstas no Contrato, dentre as quais se incluem as aprovações da ANATEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (“CADE”).

Em 20 de abril de 2022 (“Data da Aquisição”), uma vez cumpridas ou repactuadas (conforme o caso), as condições precedentes à consumação da operação estabelecidas no Contrato, as Compradoras concluíram a aquisição da UPI Ativos Móveis, situação por meio da qual a Claro concluiu a aquisição da parte da UPI Ativos Móveis que lhe cabe (“UPI Ativos Móveis – Claro”). A conclusão da referida operação em relação à Claro foi efetivada através da aquisição da totalidade das ações de emissão da sociedade denominada “Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.” (“Jonava”) para a qual havia sido previamente vertido o acervo da UPI Ativos Móveis – Claro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O valor total da referida aquisição pela Claro, após os ajustes previstos no Contrato, foi de R\$3.571.566, tendo sido transferido na Data da Aquisição o valor de R\$2.226.065 para a Oi S.A. e de R\$1.020.813 para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, restando o saldo de R\$324.688, retido para fins de ajuste de preço e outras finalidades, conforme condições previstas no Contrato. Adicionalmente, também na Data da Aquisição, (a) a Claro efetuou, por conta e ordem da Jonava, o pagamento de R\$187.726, referentes a serviços de transição a serem prestados pelo Grupo Oi, por período de 12 meses a partir da Data da Aquisição; e (b) foi firmado o contrato de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicação em regime de exploração industrial, a valor presente líquido de aproximadamente R\$164.000, a ser pago pela Jonava ao Grupo Oi ao longo de 3 anos.

Nos termos do Contrato, conforme aditado, as Compradoras, em 17 de setembro de 2022, notificaram a Vendedora sobre:

1. Suas conclusões relativas aos cálculos do ajuste de preço pós-fechamento, indicando a existência de divergências nas premissas e critérios de cálculo que justificam um ajuste no preço de fechamento ajustado, em benefício das Compradoras, no valor de aprox. R\$3,187 bilhões (dos quais, aprox. R\$708 milhões deverão ser pagos para a Claro);
2. A retenção integral do Valor Retido (conforme definido no Contrato) pelas Compradoras no valor de aprox. R\$1,447 bilhões (dos quais, aprox. R\$325 milhões foram retidos pela Claro);
3. A obrigação de a Vendedora efetuar o pagamento do montante residual do Ajuste Pós-Fechamento calculado com base no valor histórico (Data de Fechamento) no valor de aprox. R\$1,739 bilhões (dos quais, aprox. R\$383 milhões deverão ser pagos para a Claro); e
4. A obrigação da Vendedora indenizar às Compradoras por perdas (conforme conhecidas até aquele momento) no valor de aprox. R\$353 milhões (dos quais, aprox. R\$59 milhões deverão ser pagos para a Claro).

Em 03 de outubro de 2022, as Compradoras iniciaram procedimento arbitral perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão contra a Vendedora, nos termos do Contrato, para tratar de descumprimentos contratuais da Vendedora em conexão com os itens 1 a 3 acima ("Procedimento Arbitral").

Em 03 de outubro de 2022, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro deferiu pedido liminar formulado pela Oi para determinar a intimação das Compradoras para depositarem o Valor Retido (conforme definido no Contrato) atualizado, no valor de aprox. R\$1,5 bilhão (dos quais, aprox. R\$343 milhões deveriam ser depositados pela Claro).

Em 19 de outubro de 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou o recurso das Compradoras contra a referida decisão, tendo a Claro depositado a sua quota-parte em 24 de outubro de 2022. O valor depositado judicialmente deverá ficar acautelado até posterior decisão no Tribunal Arbitral.

O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento.

Em 08 de novembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Claro e da Jonava, a proposta de futura incorporação da Jonava pela Claro, observado que a implementação da incorporação propriamente dita deverá ser posteriormente submetida e aprovada pelos acionistas de cada uma das companhias em nova assembleia geral. Não obstante à situação retro, ficaram as administrações das companhias autorizadas a praticar todos os atos preparatórios relacionados à pretendida incorporação da Jonava.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 22 de março de 2023, a ANATEL aprovou a incorporação da Jonava pela Claro por meio do Acórdão n.º 59. De acordo com a referida decisão, a implementação da referida incorporação está condicionada à publicação pela ANATEL, no Diário Oficial da União, do Ato de transferência Serviço Móvel Pessoal – SMP da Jonava para a Claro. Após a publicação do referido Ato pela Agência, a incorporação poderá ser implementada.

- **Reestruturação da Infraestrutura de Torres da Americel e da Claro:**

Em 24 de junho de 2022, foi aprovado através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Claro, da Americel e da Torres do Brasil S.A. ("TBSA"), a cisão parcial da Claro e da Americel, cujo acervo foi composto por determinados ativos e passivos relacionados à infraestrutura de torres próprias, tendo sido as parcelas cindidas vertidas para a TBSA. A partir desta operação a Claro passou a utilizar a referida infraestrutura através de aluguel de longo prazo firmado entre as partes.

Conforme disposto nos respectivos protocolos de justificação, e apurado nos respectivos laudos de avaliação dos patrimônios objeto da operação, esta operação ocasionou os seguintes efeitos:

- Redução do capital social da Claro, sem o cancelamento de suas ações, no valor de R\$1.703, equivalente ao acervo líquido cindido ("Acervo Cindido – Claro"), avaliado a valor contábil em 31 de maio de 2021;
- Aumento do capital social da TBSA no valor de R\$1.703, com a emissão de 1.702.953 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas pelos acionistas da Claro e integralizadas mediante versão do Acervo Cindido da Claro;
- Redução do capital social da Americel, sem o cancelamento de suas ações, no valor de R\$457, equivalente ao acervo líquido cindido ("Acervo Cindido – Americel"), avaliado a valor contábil em 31 de maio de 2021; e
- Aumento de capital na TBSA no valor de R\$457, com a emissão de 457.418 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas pela Companhia e integralizadas mediante versão do Acervo Cindido – Americel.

As variações de saldos em relação ao Acervo Cindido da Claro e da Americel, do período de 31 de maio a 24 de junho de 2022, foram absorvidas pela TBSA, conforme determinado no protocolo de justificação.

Todos os montantes envolvidos foram mensurados a valor de livros contábeis, não tendo sido gerado nenhum ágio ou deságio.

- **Constituição de empresa Claro Pay Holding:**

Em 23 de agosto de 2022, foi deliberado em Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações a constituição da controlada Claro Pay Holding, que tem como objeto social a participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, a qual foi constituída com um capital social em R\$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada ação, das quais 99 (noventa e nove) ações emitidas foram subscritas pela Companhia e 1 (uma) ação remanescente pela Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 18 de outubro, 18 de novembro e 16 de dezembro de 2022, foram aprovados em AGE aumentos de capital na Claro Pay Holding no valor de, respetivamente, R\$5.000, R\$5.000 e R\$15.000, sendo todos subscritos individualmente pela Companhia e integralizados em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia em todos os casos.

- Aquisição da Ustore:

Em 19 de setembro de 2019, a Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore no montante de R\$24.000, representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. Nesta mesma data, a Claro e os Acionistas Controladores da Ustore assinaram o “Acordo de Acionistas”, que previa uma opção de venda exercível pelos Acionistas Controladores contra a Claro em relação a totalidade das ações por aqueles detidas, conforme os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas (“Opção de Venda”).

Em 01 de novembro de 2022, em observância às condições contidas no Acordo de Acionistas da Ustore, a Claro e os Acionistas Controladores da Ustore efetivaram a Opção de Venda, que resultou na aquisição dos remanescentes 60% das ações do capital social total e votante pela Claro, a qual consequentemente, tornou-se a única acionista com 100% das ações.

O valor total da referida aquisição pela Claro foi de R\$77.591, tendo sido transferido na data de fechamento da operação o valor de R\$77.270 para os antigos Acionistas da Ustore, R\$240 foram descontados referente a assessoria jurídica e, o saldo restante de R\$81, retido para garantir possíveis perdas decorrentes de processos, que deverá ser pago conforme condições previstas no contrato de Opção de Venda.

- Compra da Operação de Telefonia Móvel da Nextel:

Em dezembro de 2019, nosso acionista controlador América Móvil adquiriu algumas empresas no exterior, dentre as quais a controladora indireta da empresa brasileira Nextel Telecomunicações Ltda. (atualmente denominada Claro NXT Telecomunicações S.A.). No final de outubro de 2020, a Anatel concedeu anuência para consolidação das outorgas e frequências de serviço celular da Claro NXT na Claro, permitindo que a Claro passasse a deter participação acionária na Claro NXT. A consolidação das outorgas e frequências de serviço celular da Claro NXT na Claro, assim como as movimentações financeiras e societárias que permitiram que a Claro passasse a deter participação na Claro NXT, foram concluídas em 05 de fevereiro de 2021. Ainda, em abril e junho de 2021 a ANATEL aprovou, respectivamente, a operação societária referente à cisão parcial da Claro e a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT, no contexto da Claro transferir os respectivos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM (acesso à internet de Banda Larga) para a Claro NXT. As movimentações financeiras e societárias que permitiram tal operação foram concluídas em 30 de junho de 2021.

2 – Cenário Macroeconômico

Mesmo em um ambiente ainda instável, em meio às eleições para Presidência e Governos de Estados, e sob os efeitos das dificuldades decorrentes do período pós-pandemia, o ano de 2022 demonstrou alguma recuperação na atividade econômica.

Também no mercado de trabalho, o ano de 2022 apresentou uma trajetória positiva, com queda da taxa de desocupação e alguma recuperação da massa salarial da população.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2022 cotada a R\$5,2177 (redução de 6,5% comparada com a taxa de encerramento de 2021, que foi de R\$ 5,5805). Por outro lado, o Banco Central do Brasil, com o objetivo de reduzir a inflação, aumentou gradualmente a taxa básica de juros (SELIC), encerrando o ano em 13,75%a.a. (contra 9,15%a.a. ao final de 2021).

E no que tange ao ambiente econômico global, a situação foi também desafiadora, ainda sob efeitos de lockdowns em alguns países, com na China, e com inflação elevada combatida com aumento de taxas de juros, criando uma expectativa de menor expansão do crescimento global para 2023.

Espera-se, em um cenário político mais acomodado no Brasil, que o Governo em 2023 efetue os ajustes fiscais necessários e consiga viabilizar as reformas estruturais importantes, criando com isso um ambiente mais favorável à redução das taxas de juros e consequentemente ao crescimento sustentável do país.

3 – Pandemia da Covid-19 e seus impactos

Neste período de 2022 ainda verificou-se casos de contaminação pela COVID-19. Em função disso, a Administração da Companhia manteve suas avaliações e decisões sobre as medidas necessárias à manutenção de adequado relacionamento com *stakeholders*, assim como à preservação da saúde, segurança e tranquilidade dos colaboradores e seus familiares.

Avalia-se que, de uma forma geral, não houve impactos materiais nos negócios em decorrência da pandemia. De qualquer forma, a Administração segue monitorando a situação e adotando as ações necessárias para manter a saúde financeira, a liquidez e capacidade operacional dos negócios.

4 – Desempenho Operacional

Nesta sessão se adotará o termo “Claro” nos comentários sobre o desempenho operacional dos negócios como um todo, e/ou “Embratel” quando se tratar especificamente de negócios corporativos, conforme marcas adotadas comercialmente, independentemente através de quais empresas os respectivos serviços são prestados.

A Claro obteve em 2022 uma destacada performance operacional nos mercados em que atua.

✓ Relevantes conquistas no ano:

- Reconhecida como a operadora de serviços móveis com mais clientes satisfeitos, segundo a “Pesquisa de Satisfação e Qualidade Percebida” da Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), que entrevistou mais de 82 mil consumidores no país;
- Vencedora do Prêmio ANATEL de Acessibilidade em Telecomunicações 2022, sendo reconhecido o progresso da operadora em oferecer ambientes físicos e virtuais de atendimento mais amigáveis às pessoas com deficiência, além de desenvolver ações visando garantir os direitos de acessibilidade;
- Reconhecida como a 5ª marca mais valiosa do Brasil em 2022, com valor de US\$5,16 bilhões, primeira colocada no setor de telecomunicações, segundo o último ranking publicado pela Kantar BrandZ;
- Pelo segundo ano consecutivo, recebeu o prêmio de “Empresa do Ano” concedido pelo Anuário Telecom, que analisa o desempenho financeiro de todas as empresas brasileiras de telecomunicações;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Como evolução da recém-lançada plataforma Claro tv+, a Claro lançou uma versão em app para Android TV e Smart TVs LG e Samsung, e já estava previamente disponível para celulares Android e iOS. Além disso, serviços de *streaming*, como Disney+, Star+ e Amazon Prime Video, foram integrados aos Set-Top-Boxes; com esse movimento, a Claro se tornou a maior operadora do mundo em número de STBs integrados ao Prime Vídeo (+6MM de aparelhos);
- Reconhecida pela Ookla® (líder global em inteligência de rede e *insights* de conectividade) como a internet móvel mais rápida do Brasil e a melhor experiência de *streaming* de vídeos. Na banda larga fixa, também obteve reconhecimento como a maior velocidade de *download* e o Wi-Fi mais estável do país;
- Pela primeira vez, a Claro conquistou a categoria “top 5G em conexão” do prêmio “Folha *Top of Mind*”, realizado por um dos principais veículos de mídia do país, como a marca mais lembrada entre os consumidores.
- ✓ **Crescimento de 13,4% na base de pós-pago contra 2021, adicionando 5,6 milhões de clientes em um ano, impulsionada pela liderança de portabilidade de linhas;**
- ✓ **Base de assinantes pré-pagos atingiu 36,3 milhões em 2022, crescimento anual de 24,6% e 7,9 p.p. em participação de mercado;**
- ✓ **Total de 83,3 milhões de clientes móveis em 2022 (+18,0% na comparação anual), seguindo líder em portabilidade pelo quarto ano consecutivo, com saldo líquido de 1,1 milhão de linhas portadas nos últimos doze meses;**
- ✓ **Receita líquida em banda larga fixa residencial cresceu 4,9% em 2022 em relação a 2021, mantendo a liderança da Claro neste mercado, com destaque para os avanços em conexões de alta velocidade, performance de vendas e redução do *churn*;**
- ✓ **Segmento Corporativo com crescimento anual de 6,3% na receita total, com destaque em Serviços Móveis (crescimento anual de 22,9%) e Plataforma de TI (crescimento de 32,3%); e**
- ✓ **Margem EBITDA de 42,2% em 2022, mantendo a jornada de crescimento sustentável dos negócios.**

Serviços Móveis

A Claro encerrou o ano com 59 cidades cobertas pela rede 5G, já contando com uma base de 4,5 milhões de dispositivos 5G em sua rede (mais de 4x na comparação anual), tendo a liderança na tecnologia 5G com 42,9% em participação de mercado.

Foi migrada parte significativa da base de clientes Oi adquiridos pela Claro, com expectativa de finalização desse processo dentro do 1T23. Como parte do processo de limpeza de assinantes inativos foram desligados cerca de 4,5 milhões de clientes até o final do ano de 2022.

Nossa base de clientes pós-pagos cresceu 13,4% na comparação anual, adicionando 5,6 milhões de clientes em um ano, impulsionada pela liderança em portabilidade de linhas. A Claro segue crescendo em participação de mercado do pós-pago, ganhando 3,0 p.p. nos últimos doze meses, atingindo 33,5% de participação de mercado em dezembro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A base de assinantes pré-pagos atingiu 36,3 milhões em dezembro de 2022, crescimento de 24,6% na comparação anual, adicionando 7,9 p.p. em participação de mercado nos últimos doze meses, contribuindo para o crescimento de nossa receita.

Encerramos 2022 com um total de 83,3 milhões de clientes móveis (+18,0% na comparação anual), tendo a liderança em portabilidade pelo quarto ano consecutivo, com saldo líquido de 1,1 milhão de linhas portadas nos últimos doze meses.

O Claro flex (plataforma móvel 100% digital e de baixo custo de venda e atendimento) atingiu um crescimento de base de 58,7% em comparação ao ano anterior, consolidando-se como importante ferramenta de transformação digital e de aumento da base de pós-pago, por meio de novas vendas e migração de clientes pré-pagos.

Serviços Residenciais

A Claro segue liderando o mercado de banda larga no Brasil, com 22,0% de participação de mercado em dezembro de 2022 e com 24,5% de participação em “ultrabroadband” (conexões acima de 34 Mbps).

Em 2022, a Claro registrou 11,7 mil adições líquidas positivas em Banda Larga Fixa, com avanços no reposicionamento da base de clientes e carteira premium com planos de “ultrabroadband”. Destacamos também uma melhor performance de vendas e um excelente resultado de *churn*, com os melhores índices dos últimos dois anos.

A Claro reforçou sua estratégia de entregar a melhor experiência de banda larga fixa aos clientes. De acordo com relatório recente divulgado pela ANATEL, que detalha a participação de mercado por velocidade de download da internet, a Claro também é líder em ultra-high speeds (a partir de 500Mbps), com 37,3% de participação de mercado, aumentando 1,4 milhão de clientes nos últimos doze meses.

Como resultado dos fatores citados, a receita líquida de banda larga fixa residencial cresceu 4,9% em 2022 em comparação ao mesmo período em 2021.

A rede *Fiber To The Home* (FTTH) encerrou 2022 com 7,8 milhões de *Homes Passed* (HPs) presentes em 384 cidades, mantendo a estratégia de expansão nas cidades com presença da rede HFC, além do lançamento de 91 novas cidades no ano.

A Claro continua liderando o mercado brasileiro de TV por assinatura, com 43,2% de participação de mercado. Nossa principal estratégia é posicionar-se como tendo a maior oferta de conteúdo disponível. Nossa plataforma *Video On Demand* (VOD) continua sendo líder no mercado brasileiro, atingindo 80 mil títulos e mais de 396 milhões de *streamings* em 2022. O Claro tv+ box e app atingiram mais de 0,5 milhão de assinantes em 2022.

Mercado Corporativo

A Embratel continua consolidando seu posicionamento de destaque em serviços digitais, com crescimento relevante nas suas principais plataformas.

A receita líquida total no segmento corporativo cresceu 6,3% em relação ao ano anterior, principalmente nas Plataformas de TI (crescimento de 32,3% no ano) e de Mobilidade (crescimento de 19,9% no ano), tendo sido Cloud (+79,3%), Segurança (+29,9%) e M2M/IoT (+27,8%) os principais pilares de crescimento da receita.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Durante o ano de 2022, a Embratel atuou em diversas frentes de experimentação e implementação, com aplicação da tecnologia e ecossistema 5G, alinhada aos objetivos das empresas para superar os desafios impostos pelos avanços da Indústria 4.0.

Durante o ano de 2022 lançamos novas ofertas e produtos, das quais destacamos:

- Embratel Saúde Interoperabilidade: através de integração de informações dos sistemas, equipes médicas de diferentes clínicas e hospitais passam a ter acesso a um prontuário unificado de cada pessoa, tornando mais ágil e seguro o atendimento;
- Claro GEODATA: solução de inteligência de dados que auxilia as empresas a gerar insights significativos para o negócio, tendo como base os dados de mobilidade dos clientes, sendo possível identificar o fluxo de pessoas em um determinado horário e local, ou gerar uma pesquisa origem-destino para tomar decisões de negócio. Solução determinante, por exemplo, para escolher um novo ponto comercial, realizar ações de marketing, promover eventos, apoiar planejamento urbano e turístico, dentre outros aspectos;
- ATC - *Agile Transformation Center*: centro de excelência em agilidade que possibilita a transformação contínua do sistema organizacional de nossos clientes, capacitando e potencializando os times com métodos ágeis, contribuindo para a geração de resultados expressivos e sustentáveis;
- Mapeamento Térmico: auxilia na identificação de zonas de calor e no engajamento dos clientes. Possui layout e comunicação visual estimulantes e funcionais, expondo com clareza as soluções ao consumidor para consumo na loja ou fora dela;
- *Facility Easy monitor* (FEM): possibilita a detecção da variação ou falta de energia elétrica; acompanha níveis de tensão em baterias, mede temperatura de equipamentos ou de ambientes operacionais, alarma em caso de abertura de portas etc.;
- Interceptação *Dial My App*: solução que intercepta, em Rede, chamadas direcionadas a 0800, 0300 e 0303 de nossos clientes, permitindo a abertura de menu digital;
- Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, onde implantamos o núcleo de inovação do Hospital das Clínicas (HC-FMUSP), possibilitando cirurgias com envio dos sinais vitais do paciente em tempo real;
- Parceria com O Broto para comercialização da oferta Campo Conectado, visando aumentar a conectividade e habilitar a inovação no agronegócio, disponibilizando cobertura móvel 5G, 4G, CAT-M e NB-IoT; e
- Solução Bot Inteligente: plataforma de assistente virtual habilitada com Inteligência Artificial e Machine Learning, para garantir uma experiência de atendimento rápida, eficiente e autônoma. A solução fornece um conjunto de funcionalidades que interagem com os usuários, simulando um atendimento humano de forma simples e transparente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**5 – Desempenho Financeiro**

O resultado das operações divulgado no Brasil difere em alguns aspectos daquele divulgado pelo acionista controlador, que elimina efeitos de transações entre companhias do grupo e processa certas reclassificações para fins de divulgação, conforme quadro resumo abaixo.

Em R\$ Milhões	2022			2021		
	Receita	EBITDA	% EBITDA	Receita	EBITDA	% EBITDA
Claro Participações	42.673	17.989	42,2%	39.718	16.532	41,6%
Eliminação de transações intercompanhias e reclassificações	(175)	(754)		(187)	(541)	
Consolidado Claro Brasil - divulgação América Móvil	42.498	17.235	40,6%	39.531	15.991	40,5%

Os dados financeiros apresentados e comentados a seguir consolidam os resultados de todas as empresas que compõem a estrutura societária da Claro.

R\$ Milhões	2022	2021	Δ%
Receita líquida Total	42.673	39.718	7,4%
Serviços	40.689	37.988	7,1%
Receita móvel	20.729	17.354	19,4%
Receita fixa e outros	19.960	20.634	-3,3%
Aparelhos	1.514	1.248	21,3%
Interconexão	470	482	-2,4%
EBITDA	17.989	16.532	8,8%
Margem EBITDA	42,2%	41,6%	0,5 p.p

Em 2022 a receita líquida total foi de 42,7 bilhões de reais, 7,4% acima do mesmo período de 2021. Como principal destaque o crescimento de 19,4% na receita líquida de serviços móveis.

Em 2022 o EBITDA totalizou 18,0 bilhões de reais, 8,8% acima de 2021, margem EBITDA de 42,2%.

A Companhia segue focada em manter um processo de crescimento sustentável de receita e EBITDA.

6 – Investimentos

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma, possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Em 2022, a Companhia investiu R\$10,1 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga e licença de outorga.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7 – Ambiente Regulatório

A Companhia e suas controladas desenvolvem atividades sujeitas à regulamentação e à fiscalização da ANATEL.

Ao longo de 2022, foram publicados importantes regulamentos, entre os quais se destacam:

- Resolução nº 749/2022 que é o regulamento de Numeração dos Serviços de Telecomunicações;
- Resolução nº 752/2022, conhecido como Guilhotina regulatória que revoga e altera resoluções expedidas pela Agência;
- Resolução nº 757/2022 que é o regulamento de Condições de Uso de Radiofrequências; e
- Resolução nº 758/2022 que assegura o cumprimento de resoluções do MERCOSUL/GMC.

Além das resoluções destacadas acima ainda em 2022 houve atualizações no Regulamento de Qualidade (RQUAL) e a introdução uso de numeração específica para chamadas de telemarketing, originadas com o prefixo 0303, com a finalidade de dar transparência aos consumidores sobre o tipo de ligação recebida.

Está em estudo a implantação do prefixo 0304 para chamadas destinadas a cobrança de usuários, ainda sem previsão efetiva de data de implementação por parte da ANATEL.

Em decorrência da aquisição de espectro no edital de licitação 5G em 2021, a Claro e outras operadoras constituíram em 2022 a EAF (Entidade Administradora da Faixa de 3,5 GHz), visando possibilitar a migração da TVRO da Banda C para Banda Ku, construção da rede privativa do Governo Federal e construção das Infovias do Projeto PAIS. Além disso, o trabalho desta entidade visa a implementação do 5G, com velocidades ainda maiores, na frequência adquirida de 3,5 GHz em todas as capitais do país. Em decorrência do referido edital também foi constituída a EACE (Entidade Administradora da Conectividade de Escolas), responsável pela conexão nas escolas de educação básica do Brasil.

Encontram-se em curso estudos e discussões acerca da adaptação das concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC para autorizações do mesmo serviço, conforme disciplinado na Lei 9.472/1997 e pelo Regulamento de Adaptação das Concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC para Autorizações do mesmo serviço, aprovado pela Resolução ANATEL nº 741/2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8 – Relacionamento com Auditores Independentes

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizadas pela empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os auditores independentes e/ou suas partes relacionadas, que prestam serviço para a Claro Telecom e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

A política adotada atende aos melhores princípios de governança que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

9 – Governança Corporativa

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia.

Para isso, a Companhia dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Atas de Reunião, Código de Ética e Canal de Denúncias, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Administração.

Em atendimento a Lei *Sarbanes Oxley* (“SOX”), a Companhia mantém nível adequado de controles internos. Na condição de investimento relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE (*New York Stock Exchange*), no cumprimento das exigências da Lei SOX.

A Administração da Companhia avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribui para a sedimentação da cultura de controles internos.

A Companhia conta com um Sistema de *Compliance* que tem como pilares o Código de Ética, as Leis Brasileira (nº 12.846/2013) Americana (FCPA) Anticorrupção, o que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como sua missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. Nosso sistema visa prevenir, detectar e corrigir situações relacionadas a corrupção, atitudes antiéticas, prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, dentre outras, e tem como objetivo a evolução e aperfeiçoamento constantes, de forma a promover uma cultura íntegra e que todos estejam “conectados com o certo”.

Periodicamente são treinados todos os colaboradores e parceiros comerciais nos aspectos éticos e de *Compliance*/anticorrupção, visando promover e manter o alinhamento entre as partes no mais elevado padrão de relacionamento comercial.

A Companhia possui os Comitês de Ética e de *Compliance* que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10 – Responsabilidade Social e Sustentabilidade

A seguir as principais frentes da Companhia e suas controladas nos campos Social e de Sustentabilidade.

10.1 – Instituto Claro e as ações de Responsabilidade Social Corporativa

O Instituto Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e é reconhecido pelo *Department of Global Communications* das Nações Unidas (DGC/ONU) com o selo de Status Associativo, que o classifica como uma entidade sem fins lucrativos que promove ações em concordância com a Carta das Nações Unidas. Essa conquista reforça o compromisso do Instituto Claro de contribuir localmente com os programas globais da ONU, a fim de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Alinhando serviços e ações sociais para criar experiências que possam transformar a vida das pessoas, o Instituto Claro acredita que conexão é uma palavra-chave para transformar o mundo. As tecnologias da informação e da comunicação conectam pessoas e comunidades, formando pontes para o conhecimento e para o entretenimento, e são também importantes ferramentas no desenvolvimento humano e social.

Os projetos e iniciativas do Instituto são direcionados para dois pilares, educação e cidadania, e seu portal traz cobertura aprofundada de questões relacionadas a estas áreas. Com conteúdo exclusivo, o Instituto Claro democratiza o acesso à informação de qualidade em diferentes formatos, como reportagens, podcasts e vídeos, e disponibiliza planos de aula gratuitamente.

A seguir destacamos algumas iniciativas do Instituto Claro.

Educação:

O Instituto Claro investe em educação de qualidade qualificando gestores e professores da rede municipal de ensino, disponibilizando conteúdos e ferramentas para o aprimoramento de suas aulas. Além disso, também investe na formação de jovens para o mercado de trabalho e fomenta a inovação e o empreendedorismo por meio de seus projetos.

Parceria Unicef

A estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar é uma parceria entre o Instituto Claro e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para enfrentar a cultura do fracasso escolar. A proposta contempla um diagnóstico da tríade reprovação, abandono e distorção idade-série para propor ações de enfrentamento por meio de políticas educacionais em níveis municipais e estaduais.

A partir de pesquisa, produzida junto ao Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a iniciativa consegue mapear as populações mais vulneráveis ao abandono escolar: crianças e adolescentes negras e indígenas, concentradas nos estados Norte e Nordeste do país – especialmente nas regiões do Semiárido e da Amazônia Legal – e nas zonas rurais.

Cidadania

Valoriza desenvolvimento humano e incentiva a participação dos colaboradores da Claro e familiares em ações sociais, buscando gerar impacto positivo nas comunidades onde a empresa atua, com projetos como Conexão Voluntária e também com iniciativas voltadas para o meio ambiente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conexão Voluntária

Em 2022, o programa de voluntariado da Claro, chamado Conexão Voluntária, contou com mais de 6.618 mil participações voluntárias para realizar centenas de ações. Dentre elas, destacamos a iniciativa Campanha Contra a Fome, que engajou milhares voluntários em dezenas de cidades. Ainda em 2022, mais de 272 Instituições foram atendidas, beneficiando mais de 87 mil pessoas em todo o Brasil.

Parceria AACD

Todos os anos, o SBT e a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) realizam o Teleton, programa de televisão que, durante dois dias seguidos, busca sensibilizar o público e arrecadar doações voltadas a crianças com deficiência. Referência no tratamento de pessoas com deficiência física, a AACD utiliza as doações para manutenção e continuidade das 14 unidades distribuídas pelo Brasil.

Portal Instituto Claro

O Instituto Claro conta com um portal que oferece conteúdo gratuito e exclusivo nas editorias de educação e cidadania, em formato de reportagens, podcasts, vídeos e planos de aulas. Em 2022, o portal teve 3.977.777 visualizações e recebeu 2.577.624 usuários.

Relatório de Impacto

Em 2022 a Claro divulgou seu Balanço Social (<https://www.institutoclaro.org.br/wp-content/uploads/relatorio-social/2021/>), destacando diversas iniciativas nos campos Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ASG), incluindo relevantes programas recorrentes e várias iniciativas adotadas durante o período de pandemia, principalmente voltadas às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

1Mio

A Claro, o Instituto Claro e a Brasilcenter fazem parte da iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1Mio), que é a maior articulação pela juventude do Brasil, reunindo organizações das Nações Unidas, governos, setor privado e sociedade civil para criar oportunidades de educação de qualidade, conectividade, formação de competências digitais e participação cidadã, capacitação profissional, aprendiz, estágio e emprego para adolescentes e jovens (14 a 24 anos) em situação de vulnerabilidade. No período, milhares de vagas foram divulgadas e 2.588 jovens em situação de vulnerabilidade foram contratados.

ASUME e Bem-Estar Social

O ASUME e o Bem-Estar Social são programas voltados para colaboradores e familiares que visam o desenvolvimento humano, contribuem para o autoconhecimento e a busca por qualidade de vida. Desde 2020, ambos estão acontecendo de maneira 100% remota, o que possibilita a interação de colaboradores de diferentes localidades.

Em 2022, registramos 13.054 participações em centenas de eventos de Bem-Estar Social realizados abrangendo os pilares Formação, Saúde e Cultura e Recreação.

Já no ciclo de 2022 do ASUME, 1.022 colaboradores e familiares se inscreveram nos encontros que serão facilitados por outras dezenas de colaboradores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10.2 – Sustentabilidade

Pacto Global

Em 2021, a Claro aderiu ao Pacto Global, chamada da Organização das Nações Unidas (ONU) para que empresas alinhem suas estratégias a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Atualmente, o pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

Com esta adesão a Claro reforça, junto com empresas de 160 países, o compromisso de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentro da chamada Agenda 2030 — um plano de ação aprovado em 2015, com 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos dentro de um modelo sustentável.

Energia da Claro

Implementado em 2017, o programa 'A Energia da Claro' prevê o uso de energia limpa para o abastecimento das operações da empresa por meio de parcerias para a construção de usinas de geração distribuída e a compra de energia limpa no mercado livre, em contratos de longo prazo no modelo PPA (*Power Purchase Agreement*). Além disso, são adotadas medidas visando aumentar a eficiência energética da Companhia e a diminuição de impactos ambientais.

Considerado o maior programa de geração distribuída de energia do país realizado por um consumidor privado, segundo informações disponibilizadas pela ANEEL, 'A Energia da Claro' se consolidou como o maior projeto de autoconsumo remoto do Brasil, sendo referência nesta modalidade de geração de energia. Com plantas geradoras em vários estados, como Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, além de projetos em construção em outras unidades federativas, a iniciativa contou com 72 usinas operando em 2022, que abasteceram mais de 20 mil unidades consumidoras, que representam mais de 50% das antenas da Claro com energia renovável.

No segmento de média tensão, a Companhia adquire energia renovável no mercado livre, o que faz com que seus *data centers*, prédios administrativos e operações de grande porte utilizem somente energia limpa.

Ao todo, o programa atingiu em 2022 a marca de 70% da energia consumida em todas as operações e instalações da Claro no Brasil, por meio de diversas fontes renováveis, como solar, eólica, hidrelétrica e biogás. Além disso, o programa aumentou a eficiência energética da Companhia, por meio de ativação de *features* para redução do consumo das ERBs (estações rádio base), substituição de lâmpadas convencionais por LED, mobilidade elétrica, entre outras, seguindo firme na busca de sua meta de atingir pelo menos 80% do consumo total com energia limpa.

Pé de Pincha

O Pé-de-Pincha é um projeto de conservação comunitária das populações de quelônios em municípios do Amazonas. Em 2022, foram coletadas centenas ovos de tracajás no Igapó-Açu comunidade do município de Borba, e no Mamori, comunidade no Município do Careiro do Castanho, ambas no estado do Amazonas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Renovação ISO Noronha

Em 2022 foi concluída a recertificação da ISO 14001 na estação de Fernando de Noronha e de Penedo.

Reciclagem e Destinação Responsável de Resíduos

Em 2022, 2.224 unidades de celulares, periféricos e baterias, que correspondem a 888 quilos de resíduos, tiveram destinação responsável dentro do programa Claro Recicla (Aderência à Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Também em 2022, 3,6 toneladas de equipamentos foram destinados à reciclagem como parte da operação de logística reversa da Claro.

11 – Recursos Humanos

A Companhia tem como principal valor as Pessoas, posicionando-as no centro de sua estratégia para manter um ritmo de crescimento forte, sustentável e, principalmente, para alcançar os objetivos estabelecidos pelo negócio.

O ano de 2022 fez com que as nossas mais de 33 mil pessoas, distribuídas em todo o Brasil, se conectassem ainda mais com a cultura e o jeito de ser da Claro. Nesse sentido, fortalecemos a nossa atuação colaborativa, para construir serviços e produtos inovadores, mantendo o foco em nosso Cliente e perseguindo os melhores resultados.

Somos um time plural e temos a diversidade e inclusão como pilares importantes da nossa cultura. Promovemos o respeito e a equidade, tratando cada pessoa com dignidade e profissionalismo, de acordo com os princípios do nosso Código de Ética. Temos uma atuação alicerçada em cinco eixos: pessoas com deficiência, equidade de gênero, gerações, raça & etnia e LGBTQIA+.

Comprometidos com os nossos valores e firmes no princípio de que a diversidade nos complementa e fortalece, promovemos, continuamente, iniciativas que estimulam um ambiente de trabalho harmônico, respeitoso e inclusivo.

Nesse sentido, destacamos os Programas de Jovem Aprendiz Claro, voltado para a preparação e inclusão dos jovens no mercado de trabalho e, também, a inclusão de pessoas com deficiência, com um total de mais de 1.480 colaboradores com deficiência e aproximadamente 750 jovens atuando nos escritórios das empresas do grupo, distribuídos em todo o país.

Com o objetivo de manter os colaboradores atualizados e incentivar o autodesenvolvimento, em 2022 reforçamos os treinamentos digitais através da Conecte-se, nossa plataforma de desenvolvimento de pessoas. Neste ano, foram concluídos 233.775 treinamentos, em um total de cerca de 1.500 cursos disponíveis, envolvendo conteúdos de inovação, comerciais, técnicos e cuidados com a saúde e bem-estar.

Possuímos uma governança sólida, aliada a uma atuação orientada pela ética, honestidade e transparência. Fiéis aos nossos princípios, em 2022 todos os colaboradores realizaram treinamentos de Segurança da Informação e LGPD- Privacidade e Proteção de Dados na Prática. Também foram implementadas extensas campanhas de comunicação sobre temas e práticas essenciais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por fim, reforçamos o nosso compromisso e permanecemos atentos em oferecer a melhor experiência na jornada dos nossos colaboradores, construindo um ótimo ambiente onde todos tenham orgulho de trabalhar e pertencer.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece o apoio dos acionistas, de nossos fornecedores, dos governos, a parceria de toda a comunidade e em especial a todos os funcionários e parceiros, que trabalharam com dedicação para que a Companhia pudesse atender às necessidades, demandas e expectativas de nossos clientes.

Atender e superar as expectativas e a satisfação dos nossos clientes permanece como a principal missão da Companhia, conectando pessoas, empresas e a sociedade como um todo.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Claro Telecom Participações S.A. (“Companhia” ou “Claro Participações”) foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), além de serviços de outras naturezas tais como a exploração de capacidade satelital, *streaming*, Serviços de Valor Adicionado – SVA, *call center*, comercialização e locação de equipamentos, e, atividades de instituição de pagamentos.

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

- Claro S.A. (“Claro”): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal – SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como “*Streaming*”, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de equipamentos.
- Claro NXT Telecomunicações S.A. (“Claro NXT”): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia – SCM, bem como serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de bens.
- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home - DTH), bem como serviços de outras naturezas tais como Serviços de Valor Adicionado – SVA, provimento de capacidade satelital, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.
- Americel S.A. (“Americel”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”): Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimento presenciais, dentre outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

Notas Explicativas

- IMusica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- Telmex do Brasil S.A. (“TdB”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA.
- Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Jonava”): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM.
- Claro Pay Holding S.A. (“Claro Pay Holding”): Participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).
- Claro Pay S.A. – Instituição de Pagamento (“Claro Pay”): Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas.
- Ustore Software e Serviços de Informática S.A. (“Ustore”): Prestação de serviços de Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis.

Operações Societárias 2022:

i. Aquisição da Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Jonava”):

Em 08 de novembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Claro e da Jonava, a proposta de futura incorporação da Jonava pela Claro, observado que a implementação da incorporação propriamente dita deverá ser posteriormente submetida e aprovada pelos acionistas de cada uma das companhias em nova assembleia geral, bem como pela Anatel (Nota 28). Não obstante à situação retro, ficaram as administrações das companhias autorizadas a praticar todos os atos preparatórios relacionados à pretendida incorporação da Jonava.

a) Descrição da aquisição

Em 28 de janeiro de 2021, a Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (posteriormente incorporada pela Oi S.A. – Em Recuperação Judicial - “Oi S.A.”), como vendedora, e a Claro, a TIM S.A. e a Telefônica Brasil S.A., como “Compradoras”, celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) para aquisição dos ativos da operação de telefonia móvel - Serviço Móvel Pessoal da Oi S.A. (“UPI Ativos Móveis”), cuja consumação estava sujeita a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação conforme previstas no Contrato, dentre as quais se incluem as aprovações da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (“ANATEL”) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (“CADE”).

Notas Explicativas

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL aprovou a venda da UPI Ativos Móveis pela Oi S.A. para as Compradoras, conforme decisão publicada no Diário Oficial da União (DoU) do dia 1º de fevereiro de 2022.

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal do CADE, em deliberação ocorrida na 190ª Sessão Ordinária de Julgamento, aprovou a venda da UPI Ativos Móveis pela Oi S.A. condicionada ao cumprimento de determinadas obrigações estabelecidas em Acordo em Controle de Concentrações. A decisão do CADE foi publicada no Diário Oficial da União (DoU) em 16 de fevereiro de 2022.

Em 20 de abril de 2022 (“Data da Aquisição”), uma vez cumpridas ou repactuadas (conforme o caso) as condições precedentes à consumação da operação estabelecidas no Contrato, as Compradoras concluíram a aquisição da UPI Ativos Móveis, situação por meio da qual a controlada Claro concluiu a aquisição da parte da UPI Ativos Móveis que lhe cabe (“UPI Ativos Móveis – Claro”). A conclusão da referida operação em relação à controlada Claro foi efetivada através da aquisição da totalidade das ações de emissão da sociedade denominada “Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.” (“Jonava”) para a qual havia sido previamente vertido o acervo da UPI Ativos Móveis – Claro.

Esta aquisição agregará valor: (i) para a controlada Claro e seus acionistas, pela oportunidade de aceleração do crescimento e da eficiência operacional por meio de sinergias; (ii) para os clientes, incluindo os oriundos da Oi S.A., pois promoverá ganhos na experiência de uso e na qualidade dos serviços prestados; e (iii) para o setor como um todo, que reforçará sua capacidade de investimento, inovação tecnológica e competitividade.

O valor total da referida aquisição pela controlada Claro, após os ajustes previstos no Contrato, foi de R\$3.571.566, tendo sido transferido na Data da Aquisição o valor de R\$2.226.065 para a Oi S.A. e de R\$1.020.813 para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, restando o saldo de R\$324.688, retido para fins de ajuste de preço e outras finalidades, conforme condições previstas no Contrato. Os custos relacionados a aquisição foram registrados como despesa do período, no montante aproximado de R\$37,5 milhões. Abaixo o impacto da aquisição nos fluxos de caixa das atividades investimento:

Pagamento à vista	(3.246.878)
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	175.792
(=) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido	<u><u>(3.071.086)</u></u>

Adicionalmente, também na Data da Aquisição, (a) a controlada Claro efetuou, por conta e ordem da Jonava, o pagamento de R\$187.726 referentes a serviços de transição a serem prestados pelo Grupo Oi, por período de 12 meses a partir da Data da Aquisição; e (b) foi firmado o contrato de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicação em regime de exploração industrial, a valor presente líquido de aproximadamente R\$164.000, a ser pago pela Jonava ao Grupo Oi ao longo de 3 anos.

Foram atribuídos a UPI Ativos Móveis – Claro, principalmente:

- i. Clientes: aproximadamente 12,8 milhões (31% da base total de clientes da UPI Ativos Móveis), de acordo com a base de acessos da ANATEL em abril/2022;
- ii. Infraestrutura: ativos de rede e contratos de direito de uso de 4,75 mil sites de acesso móvel (32% do total de sites da UPI Ativos Móveis);

Notas Explicativas

b) Valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos

Esta transação resultou em uma combinação de negócios conforme o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, visto que a Claro passou a deter o controle da Jonava através do pagamento em espécie e foi contabilizada pelo método de aquisição.

A controlada Claro efetuou a identificação inicial dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como a classificação de tais ativos, com base no balanço patrimonial de 30 de abril de 2022, nas condições econômicas, políticas e operacionais da Jonava, existentes na data da aquisição.

	Valores justos Jonava
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	175.792
Contas a receber de clientes	239.229
Tributos a recuperar	19.479
Outros ativos contratuais	103.595
Despesas antecipadas	195.796
Outros ativos	123.086
Imobilizado	360.547
Direito de uso em arrendamento	1.020.647
Intangível	20.352
Intangível identificado - carteira de clientes (a)	661.267
Total dos ativos adquiridos	2.919.790
Passivo	
Fornecedores	117.597
Partes relacionadas	189.692
Obrigações fiscais, líquidas	116.891
Receitas diferidas	51.079
Provisões	71.751
Passivo de arrendamento	2.186.210
Outras obrigações	511
Total dos passivos assumidos	2.733.731
Total dos ativos líquidos adquiridos	186.059
(+) Valor da contraprestação paga em dinheiro	3.246.878
(+) Valor da contraprestação a pagar	324.688
(+) Plano de segregação e divisão	24.209
Total da contraprestação	3.595.775
Ágio apurado	3.409.716

- (a) A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM ("Multi-period Excess Earnings Method"), baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada. O valor justo alocado à carteira de clientes será amortizado linearmente pelo prazo médio de 6,2 anos conforme a vida útil de cada tipologia de cliente.

Notas Explicativas

Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição da Jonava eram provisórios, conforme previsto pelo IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, o que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da Data de Aquisição, sendo que na data desta divulgação os procedimentos para alocação do preço de compra, ainda estão em andamento. A diferença entre o valor da contraprestação transferida e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento inicial de um ágio preliminar por expectativa de rentabilidade futura. O referido ágio por expectativa de rentabilidade futura da aquisição decorre principalmente de sinergias e economias de escala esperadas.

A alocação do ágio será finalizada após conclusão dos procedimentos de alocação do preço de compra e emissão final do laudo de avaliação a ser emitido por empresa especializada independente. A Administração espera que o ágio seja dedutível para fins fiscais.

c) Informações adicionais sobre a Jonava

Os resultados financeiros gerados por este negócio adquirido do Grupo Oi passaram a ser consolidados pela Claro a partir do mês de maio de 2022.

Receita líquida e resultado desde a data de aquisição:

	Valores históricos
	2022
Desde a data de aquisição	
Receita operacional, líquida	985.014
Prejuízo do período	(8.398)

d) Aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi – Arbitragem e Decisão do Juízo do Rio de Janeiro Arbitragem:

Nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) celebrado em 28 de janeiro de 2021 entre a controlada Claro, TIM S.A. (“TIM”), Telefônica Brasil S.A. (“Telefônica” e, conjuntamente com TIM e a controlada Claro, “Compradoras”) e a Oi S.A. (“Oi” ou “Vendedora”), conforme aditado (por intermédio do qual as Compradoras formalizaram a aquisição da UPI Ativos Móveis da Oi, abrangendo as atividades de telefonia móvel da Vendedora), as Compradoras, em 17 de setembro de 2022, notificaram a Vendedora sobre:

- suas conclusões relativas aos cálculos do ajuste de preço pós-fechamento, indicando a existência de divergências nas premissas e critérios de cálculo que justificam um ajuste no preço de fechamento ajustado, em benefício das Compradoras, no valor de aproximadamente R\$3,187 bilhões (dos quais, aproximadamente R\$708 milhões deverão ser pagos para a controlada Claro);
- a retenção integral do Valor Retido (conforme definido no Contrato) pelas Compradoras no valor de aproximadamente R\$1,447 bilhões (dos quais, aproximadamente R\$325 milhões foram retidos pela controlada Claro);
- A obrigação de a Vendedora efetuar o pagamento do montante residual do Ajuste Pós-Fechamento calculado com base no valor histórico (Data de Fechamento) no valor de R\$ 1,739 bilhões (dos quais, R\$ 383 milhões deverão ser pagos para a controlada Claro); e

Notas Explicativas

- d) a obrigação da Vendedora indenizar às Compradoras por perdas (conforme conhecidas até aquele momento) no valor de aproximadamente R\$353 milhões (dos quais, aproximadamente R\$59 milhões deverão ser pagos para a controlada Claro).

Em 03 de outubro de 2022, as Compradoras iniciaram procedimento arbitral perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão contra a Vendedora, nos termos do Contrato, para tratar de descumprimentos contratuais da Vendedora ("Procedimento Arbitral").

Em 03 de outubro de 2022, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo") deferiu pedido liminar formulado pela Oi para determinar a intimação das Compradoras para depositarem o Valor Retido (conforme definido no Contrato) atualizado, no valor de aproximadamente R\$1,5 bilhão (dos quais, aproximadamente R\$343 milhões deveriam ser depositados pela controlada Claro).

Em 19 de outubro de 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou o recurso das Compradoras contra a referida decisão, tendo a controlada Claro depositado a sua quota-parte em 24 de outubro de 2022. O valor depositado judicialmente deverá ficar acautelado até posterior decisão no Tribunal Arbitral.

O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento.

ii. Cisão parcial da Claro e Americel e versão do acervo cindido para a Torres do Brasil S.A. ("TBSA")

Em 24 de junho de 2022, foi aprovado através das Assembleias Gerais Extraordinárias ("AGE") das controladas Claro e Americel e da TBSA, a cisão parcial das controladas Claro e Americel, cujo o acervo foi composto por determinados ativos e passivos relacionados à infraestrutura de torres próprias, tendo sido as parcelas cindidas vertidas para a TBSA. A partir desta operação a controlada Claro passou a utilizar a referida infraestrutura através de aluguel de longo prazo firmado entre as partes, conforme Notas 10 e 18.

Conforme disposto nos respectivos protocolos de justificação, e apurado nos respectivos laudos de avaliação dos patrimônios objeto da operação, esta operação ocasionou os seguintes efeitos:

- Redução do capital social da controlada Claro, sem o cancelamento de suas ações, no valor de R\$1.703, equivalente ao acervo líquido cindido ("Acervo Cindido – Claro"), avaliado a valor contábil em 31 de maio de 2022;
- Aumento do capital social da TBSA no valor de R\$1.703, com a emissão de 1.702.953 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas pelos acionistas da controlada Claro e integralizadas mediante versão do Acervo Cindido da Claro;
- Redução do capital social da controlada Americel, sem o cancelamento de suas ações, no valor de R\$457, equivalente ao acervo líquido cindido ("Acervo Cindido – Americel"), avaliado a valor contábil em 31 de maio de 2022; e
- Aumento de capital na TBSA no valor de R\$457, com a emissão de 457.418 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas pela Companhia e integralizadas mediante versão do Acervo Cindido – Americel.

Notas Explicativas

As variações de saldos em relação ao Acervo Cindido das controladas Claro e Americel, do período de 31 de maio a 24 de junho de 2022, foram absorvidas pela TBSA, conforme determinado no protocolo de justificação.

O acervo líquido cindido, vertido à TBSA em 24 de junho de 2022, está resumido a seguir:

TBSA - Acervo líquido cindido em 24 de junho de 2022								
	Claro	Americel	Total		Claro	Americel	Total	
Ativo				Passivo				
Circulante				Circulante				
Partes relacionadas	-	24.106	24.106	Partes relacionadas	24.106	-	24.106	
Despesas antecipadas	3.042	181	3.223	Passivo de arrendamento	473.002	53.002	526.004	
	3.042	24.287	27.329		497.108	53.002	550.110	
Não circulante				Não circulante				
Tributos diferidos	79.467	18.978	98.445	Partes relacionadas	453.989	-	453.989	
Despesas antecipadas	416	113	529	Provisões	282.629	44.411	327.040	
Imobilizado	1.737.478	111.871	1.849.349	Passivo de arrendamento	584.974	57.379	642.353	
	1.817.361	130.962	1.948.323		1.321.592	101.790	1.423.382	
Total do ativo	1.820.403	155.249	1.975.652	Total do passivo	1.818.700	154.792	1.973.492	
Acervo líquido cindido					1.703	457	2.160	

Por se tratar de operação entre entidades sob controle comum, todos os montantes envolvidos foram mensurados a valor de livros contábeis, não tendo sido gerado nenhum ágio ou deságio.

iii. Constituição de empresa Claro Pay Holding:

Em 23 de agosto de 2022, foi deliberado em Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações a constituição da controlada Claro Pay Holding, que tem como objeto social a participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, a qual foi constituída com um capital social em R\$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada ação, das quais 99 (noventa e nove) ações emitidas foram subscritas pela Companhia e 1 (uma) ação remanescente pela Telmex Solutions Telecomunicações S.A..

Em 26 de setembro de 2022, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$20.767 com a emissão de 20.766.539, o qual foi totalmente subscrito pela Companhia e integralizado mediante a conferência da totalidade das ações que esta detinha na Claro Pay, consequentemente deixando a Companhia de deter qualquer participação direta na Claro Pay. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Notas Explicativas

iv. Aquisição Ustore

a) Descrição da aquisição

Em 19 de setembro de 2019, a controlada Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore no montante de R\$24.000 (dos quais R\$22.836 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. Nesta mesma data, a Claro e os Acionistas Controladores da Ustore assinaram o “Acordo de Acionistas”, que previa uma opção de venda exercível pelos Acionistas Controladores contra a Claro em relação a totalidade das ações por aqueles detidas, conforme os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas (“Opção de Venda”).

Em 01 de novembro de 2022, em observância às condições contidas no Acordo de Acionistas da Ustore, a controlada Claro e os Acionistas Controladores da Ustore efetivaram a Opção de Venda, que resultou na aquisição dos remanescentes 60% das ações do capital social total e votante pela controlada Claro, a qual consequentemente, tornou-se a única acionista com 100% das ações.

Conforme descrito no CPC 15, em uma combinação de negócios realizada em estágios, a Companhia mensurou sua participação adquirida anterior e a diferença de R\$599 de ganho foi reconhecida no resultado do período.

O valor total da referida aquisição pela controlada Claro, foi de R\$77.591, tendo sido transferido na data de fechamento da operação o valor de R\$77.270 para os antigos Acionistas da Ustore, R\$240 foram descontados referente a assessoria jurídica e, o saldo restante de R\$81, retido para garantir possíveis perdas decorrentes de processos, e que deverá ser pago conforme condições previstas no contrato de Opção de Venda. Esta transação será contabilizada pelo método de Aquisição em estágios prevista na IFRS3/CPC15.

Pagamento à vista	(77.270)
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	1.833
(=) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido	<u><u>(75.437)</u></u>

b) Valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos

Esta transação resultou em uma combinação de negócios por estágios conforme o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, visto que a controlada Claro passou a deter o controle da Ustore através do pagamento em espécie e foi contabilizada pelo método de aquisição.

A controlada Claro efetuou a identificação inicial dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como a classificação de tais ativos, com base no balanço patrimonial de 01 de novembro de 2022, nas condições econômicas, políticas e operacionais da Ustore, existentes na data da aquisição.

Notas Explicativas

	Valores justos - Ustore
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	1.833
Contas a receber de clientes	2.877
Tributos a recuperar	96
Outros ativos	195
Imobilizado	556
Intangível	2.864
Intangível – <i>softwares</i> (a)	23.686
Intangível – contrato de não competição (b)	2.342
Total dos ativos adquiridos	34.449
Passivo	
Fornecedores	85
Obrigações sociais e trabalhistas	1.138
Empréstimos e financiamentos	1
Obrigações fiscais, líquidas	283
Total dos passivos assumidos	1.507
Total dos ativos e passivos	32.942
Total dos ativos líquidos adquiridos - 60%	19.765
(+) Valor da contraprestação paga em dinheiro	77.270
(+) Valor retido (provisão)	81
Total da contraprestação	77.351
Ágio apurado	57.586

- (a) O *software* foi avaliado pelo método MPEEM (*"Multi-period Excess Earnings Method"*), baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis. Para estimar a vida útil remanescente de *software*, foi feita uma análise da duração média utilizando-se de um método de taxa de retirada. O valor justo alocado à *software* será amortizado linearmente pelo prazo médio de 5 anos conforme a vida útil.
- (b) O contrato de não competição foi avaliado pelo método *With or Without* sendo utilizada a abordagem da renda (*"income approach"*), devido à possibilidade de se comparar o fluxo de caixa gerado com e sem o ativo identificado. Esse método funciona com base na probabilidade de competição e perda de receita proveniente da participação de um novo player com experiência de mercado envolvendo os sócios participantes desta aquisição. As restrições previstas no contrato de compra e venda da transação vigorarão por um período de 3 anos a contar da data em que cada um dos acionistas deixar de deter, direta ou indiretamente, participação societária na Ustore. Nesse contexto, visando evitar o retorno ao mercado dos sócios vendedores, o acordo de não competição foi avaliado por um período de 3 anos sendo considerado como adequado à definição de ativo intangível.

A Administração espera que o ágio seja dedutível para fins fiscais.

Notas Explicativas

d) Informações adicionais sobre a Ustore

Os resultados financeiros gerados por este negócio adquirido passaram a ser consolidados pela Companhia a partir do mês de novembro de 2022.

Receita líquida e resultado desde a data de aquisição:

	Valores históricos
	2022
Desde a data de aquisição	
Receita operacional, líquida	2.316
Lucro do período	505

Operações Societárias 2021:

Como parte da estratégia do grupo, foram realizadas diversas operações societárias. Por se tratar de transações entre entidade sob controle comum, todos os montantes envolvidos foram mensurados a valor de livros e não foi gerado nenhum ágio ou deságio nas transações. A seguir estão resumidas as transações envolvendo as empresas nas quais a Companhia detém participação direta e/ou indireta:

v. Consolidação das outorgas e frequências de SMP da Claro NXT na Claro

No final de outubro de 2020, a Anatel concedeu anuência para consolidação das outorgas e frequências de SMP da Claro NXT na Claro, permitindo que a Claro passasse a deter participação acionária na Claro NXT. Tal consolidação foi implementada através de uma série de movimentos financeiros e societários concluídos em 05 de fevereiro de 2021, conforme descrito abaixo:

- a) Em 15 de janeiro de 2021, foi aprovado através da 29ª Alteração de Contrato Social ("ACS") da Claro NXT Participações Ltda. ("NXT Par"), um aumento de capital no valor de R\$2.109.000, com a emissão de 2.109.000 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela Claro em moeda corrente nacional. Ato subsequente, foi aprovado através 88ª ACS da Claro NXT um aumento de capital no valor de R\$2.109.000, com a emissão de 2.109.000.000 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela NXT Par em moeda corrente nacional.
- b) Em 27 de janeiro de 2021, foi aprovado através da 89ª ACS da Claro NXT um aumento de capital no valor de R\$7.148.009, com a emissão de 7.148.009 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela NXT Par com a capitalização de créditos.

Notas Explicativas

- c) Em 28 de janeiro de 2021, foi aprovado através da 30ª ACS da NXT Par um aumento de capital no valor de R\$3.338.099, com a emissão de 3.338.099.918 novas quotas, o qual foi subscrito e integralizado pela Companhia, Claro e Telmex Solutions Telecomunicações S.A. ("TST") conforme disposto no quadro a seguir:

Sócia	Quotas Subscritas	Valor da Integralização	Forma Integralização
Claro	2.108.779.983	R\$2.108.780	Conferência de 404.165.476 Ações Ordinárias e 79.065.785 Ações Preferenciais da Telmex do Brasil S.A. ("TdB")
Companhia	859.968.067	R\$859.968	Conferência de 1.920.804.430 Ações Ordinárias e 2.920.804.429 Ações Preferenciais da Embratel TVSAT Telecomunicações S.A. ("Tvsat")
TST	369.351.868	R\$369.351	2.079.446.141 Ações Ordinárias da Tvsat.
Total	3.338.099.918	R\$3.338.099	

Ainda em 28 de janeiro de 2021, foi aprovado através 90ª ACS da Claro NXT um aumento de capital no valor de R\$3.338.099, com a emissão de 3.338.099.918 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela NXT Par com a totalidade das ações por esta detida na TdB e Tvsat.

Em decorrência desta operação, a Claro NXT passou a ser controladora direta da Tvsat e da TdB com 99,99% de participação societária em cada, sendo que a participação da Claro NXT nesta última não ocasionou nenhum impacto na Companhia. A seguir, apresentamos um resumo do acervo líquido contábil da participação aportada:

Tvsat – Ativos líquidos			
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	70.273	Fornecedores	118.017
Contas a receber, líquidas	365.262	Obrigações fiscais, líquidas	18.138
Estoques	6.313	Obrigações sociais e trabalhistas	2.087
Tributos a recuperar, líquidos	20.030	Partes relacionadas	625.757
Partes relacionadas	1.442.657	Provisões	11.265
Despesas antecipadas	36.514	Passivo de arrendamento	742
Outros ativos	2.303	Receita diferida	364
	1.943.352		776.370
Não circulante		Não circulante	
Tributos a recuperar, líquidos	126	Partes relacionadas	78.896
Tributos diferidos, líquidos	84.238	Provisões	86.332
Depósitos e bloqueios judiciais	22.503	Passivo de arrendamento	2.759
Despesas antecipadas e outros	34.452	Outras obrigações	16.971
Partes relacionadas	-		184.958
Imobilizado	987.983		
Intangível	3.017		
Direito de uso de arrendamento	3.496		
	1.135.815		
Total do ativo	3.079.167	Total do passivo	961.328
Ativos líquidos			2.117.839

Notas Explicativas**d) Incorporação NXT Par pela Claro**

Em 05 de fevereiro de 2021, foi aprovado através da 31ª ACS da NXT Par e de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Claro, a incorporação integral da NXT Par pela Claro nos termos do protocolo e justificação da incorporação. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Como resultado dessa incorporação, não implicou em aumento de capital da Claro nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social, tendo em vista que o valor do patrimônio líquido da NXT Par, conforme apurado no laudo de avaliação da operação, era negativo. Ainda, em consequência da incorporação, a NXT Par foi extinta de pleno direito e a Claro a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos fins e efeitos. Como consequência, as empresas consolidadas pela NXT Par (Claro NXT, Tvsat, TdB, NXT LD, Sunbird Participações Ltda. e Sunbird Telecomunicações Ltda.) pela NXT Par, passaram a ser controladas direta e indiretamente pela Claro.

O patrimônio líquido da Claro NXT Par foi avaliado em 28 de janeiro de 2021 (“data-base” da incorporação), com base no valor contábil, conforme laudo de avaliação contábil para fins de incorporação emitido por empresa independente especializada, pelo montante negativo de R\$6.374.721. As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da data-base até a data da eficácia da incorporação, ocorrida em 5 de fevereiro de 2021, foram absorvidas pela Claro conforme determinado pelo protocolo de justificação.

O acervo líquido contábil da NXT Par avaliado está apresentado como segue:

Balanço patrimonial em 05 de fevereiro 2021	
Ativo circulante	13
Tributos a recuperar	13
Ativo não circulante	1.010.107
Depósitos judiciais	3.190
Tributos diferidos	538
Investimentos	1.006.379
Total do ativo	1.010.120
Passivo circulante	560.265
Partes relacionadas	553.777
Obrigações fiscais, líquidas	6.488
Passivo não circulante	6.744.750
Obrigações fiscais, líquidas	81.837
Partes relacionadas	6.658.706
Provisões	4.207
Patrimônio líquido	(6.294.895)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.010.120

Notas Explicativas

e) Cisão parcial da Claro NXT e versão do acervo cindido para a Claro:

Em 5 de fevereiro de 2021, foi aprovado através da 91ª ACS da Claro NXT e de AGE da Claro, a cisão parcial da Claro NXT e a versão da parcela cindida para a Claro, operação a qual ocasionou em:

- Redução de capital na Claro NXT no montante de R\$14.995, correspondente à totalidade da parcela cindida. Como consequência, houve o cancelamento de 14.995.203 quotas da Claro NXT, das quais 13.609.968 eram de propriedade da Claro e 1.385.235 de propriedade da MCCA W International ("MCCA W"). A eficácia desta operação ocorreu em 05 de fevereiro de 2021.
- Versão do acervo cindido para a Claro no montante de R\$13.610, proporcional à participação da Claro na Claro NXT em conexão com a redução do capital social da Claro NXT a qual não implicou em aumento do capital social nem alteração no número de ações de emissão da Claro.
- Aumento de capital na Claro no montante de R\$1.385, com a emissão de 6.227 novas ações ordinárias, todas individualmente subscritas pela MCCA W e integralizadas mediante a conferência da parcela do acervo cindido da Claro NXT de titularidade da MCCA W.

O acervo líquido cindido avaliado da Claro NXT está apresentado como segue:

Claro NXT - Acervo líquido cindido			
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	111.782	Fornecedores	252.487
Contas a receber	42.044	Partes relacionadas	124.273
Tributos a recuperar	3.144	Obrigações fiscais, líquidas	35.981
Despesas antecipadas	52.290	Receitas diferidas	2.322
Outros ativos	88	Provisões	34.094
	209.348	Pessoal, encargos e benefícios	26.651
		Outras obrigações	3.850
		Passivo de arrendamento	285.237
			764.895
Não circulante		Não circulante	
Tributos diferidos	233.314	Fornecedores	140.944
Tributos a recuperar	5.509	Partes relacionadas	149.876
Despesas antecipadas	92.942	Provisões	130.391
Imobilizado	459.691	Passivo atuarial	767
Intangível	1.131.077	Receitas diferidas	90.154
Direito de uso e arrendamento	891.337	Passivo de arrendamento	1.731.196
	2.813.870		2.243.328
Total do ativo	3.023.218	Total do passivo	3.008.223
Acervo líquido cindido			14.995

Em decorrências dessas operações, a Companhia reconheceu perda contábil no montante de R\$5.628.642.

Tais atos concluíram a consolidação das outorgas, frequências e atividades de SMP da Claro NXT na Claro.

Notas Explicativas

vi. Transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT:

Em abril e junho de 2021, a Anatel aprovou, respectivamente, a operação societária referente à cisão parcial da Claro e a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT, no contexto da Claro transferir os respectivos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM (acesso à internet de Banda Larga) para a Claro NXT. Tal operação foi implementada através de uma série de movimentos financeiros e societários concluídos em 30 de junho de 2021, conforme descrito abaixo:

- a) Em 14 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT pela Claro no montante de R\$2.848.767, com a emissão de 41.207.119.117 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro e integralizadas da seguinte forma: (a) R\$1.641.211 em dinheiro; (b) R\$458.790 em direitos; e (c) R\$748.766 em ativos (direitos relacionados à propriedade dos *transponders* satelitais do Satélite D-2).
- b) Em 15 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Tvsat pela Claro NXT no montante de R\$748.766, com a emissão de 3.904.966.169 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro NXT e integralizadas com ativos (direitos relacionados à propriedade dos *transponders* satelitais do Satélite D-2).
- c) Em 24 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT pela Claro no montante de R\$178.226, com a emissão de 2.578.026.589 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro e integralizadas mediante a conferência à Claro NXT da totalidade das quotas detidas pela Claro na Reyc.
- d) Em 25 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital social da Claro NXT no montante de R\$1.531.987, com a emissão de 22.160.030.293 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo todas as novas ações subscritas e integralizadas pela Americel S.A. (“Americel”) mediante a conferência de títulos de crédito.
- e) Em 29 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT pela Americel no montante de R\$220.000 com a emissão de 3.182.277.726 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Americel e integralizadas da seguinte forma: (a) R\$87.410 em direitos; e (b) R\$132.590 em espécie.
- f) Cisão Parcial e incorporação do acervo cindido da Claro na Claro NXT:

Em 30 de junho de 2021 (“data da eficácia” da cisão), em AGE da Claro e da Claro NXT, foi aprovada a cisão parcial da Claro e a versão da totalidade da parcela cindida para a Claro NXT, operação a qual resultou em:

- Redução do capital social da Claro no valor de R\$49.702, equivalente à totalidade do acervo líquido cindido, avaliado em 30 de maio de 2021 (“data-base” da cisão), sem cancelamento de ações; e

Notas Explicativas

- Aumento do capital social da Claro NXT no valor de R\$49.702, com a emissão de 718.925.610 novas ações ordinárias subscritas pelos acionistas da Claro (TST, EG Participações S.A., Companhia e outros) e realizadas mediante versão do acervo cindido da Claro.

As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da data-base até a data da eficácia da cisão, foram absorvidas pela Claro NXT conforme determinado pelo protocolo de justificação.

A seguir, apresentamos um sumário do acervo líquido cindido vertido à Claro NXT:

Claro - Acervo líquido cindido em 30 de junho de 2021			
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	32.900	Outras obrigações	116.900
Estoques	78.068		<u>116.900</u>
Tributos a recuperar	214.630		
Despesas antecipadas	646.628		
Outros ativos	2.931		
	<u>975.157</u>		
Não circulante		Não circulante	
Tributos diferidos	18.880	Partes relacionadas	13.022.541
Tributos a recuperar	350.141	Tributos diferidos	779.327
Despesas antecipadas	858.208	Provisões	5.861
Imobilizado	10.541.022		<u>13.807.729</u>
Intangível	1.235.816		
	<u>13.004.067</u>		
Total do ativo	13.979.224	Total do passivo	13.924.629
Acervo líquido cindido			54.595

Em decorrências dessas operações, a Companhia reconheceu ganho contábil no montante de R\$486.

Tais atos concluíram a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC e dos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM (acesso à internet de Banda Larga) da Claro na Claro NXT.

Notas Explicativas

Autorizações e concessões em telecomunicações:

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia fixa de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso.

Leilão 5G

A controlada Claro adquiriu faixas de rádio frequência através de leilão do 5G, realizado pela ANATEL em novembro de 2021. O valor total dessa licença foi de R\$4.645.098, registrado na rubrica de intangível em 31 de dezembro de 2021. O valor do intangível em andamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.088.482 (R\$3.745.098 em 31 de dezembro de 2021), sendo:

- I. R\$1.589.808 referente aos valores: do bloco nacional de 100 MHz na faixa de frequência nacional de 3.5GHz, pelo valor de R\$270.160 (pago em 23 de dezembro de 2021), lotes na faixa de frequência de 2.3 GHz nas regiões Norte, Sul, Centro Oeste, São Paulo e Triângulo Mineiro, pelo valor de R\$1.214.000 (sendo R\$900.000 pago em 22 de dezembro de 2021 e R\$314.000 pago em 23 de dezembro de 2021) e dois blocos nacionais de 200 MHz na faixa de frequência de 26GHz, pelo valor de R\$105.648 (pago em 23 de dezembro de 2021);
- II. R\$2.104.458 referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à Anatel, em que as operadoras vencedoras deste leilão, tem que constituir em 18 de fevereiro de 2022, a Empresa Administradora da Faixa (EAF), a qual ficou responsável por implementar os projetos PAIS (Programa Amazônia Interconectada e Sustentável), a Rede Privativa Federal, bem como executar a limpeza e desocupação da faixa de 3.625 a 3.700MHz. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 2 parcelas corrigidas pelo IGP-DI (em 17 de fevereiro de 2022 foi paga a primeira parcela e a segunda foi paga em 17 de junho de 2022); e
- III. R\$950.832 referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à Anatel, onde as operadoras vencedoras deste leilão, tem que constituir em 9 de março de 2022, a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) para a faixa de 26GHz, com o objetivo de assegurar as condições necessárias à inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 5 parcelas corrigidas pelo IGP-DI (primeira parcela foi paga em 20 de abril de 2022 segunda parcela paga em 20 de outubro de 2022 e as demais serão pagas semestralmente).

Em adição aos valores que serão pagos pelas licenças, os arrematantes assumem obrigações associadas ao uso das frequências, que deverão ser cumpridas no decorrer dos próximos anos, conforme regras estabelecidas no Edital publicado pela Anatel.

Notas Explicativas

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local) Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS) Serviço Limitado Especializado – Circuito e Rede Especializado (SLE)
Americel	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Claro NXT	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)
Jonava	Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Notas Explicativas

A controlada Claro possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal (“SMP”) por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos								
	850 MHz	900 MHz	1800 MHz ****	3G 1900 – 2100 MHz ***	4G 2500 MHz **	4G 700 MHz	5G 2300 MHz	5G 3.5 GHz	5G 26 GHz
Acre	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Rondônia	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Tocantins	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Distrito Federal	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Mato Grosso	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Mato Grosso do Sul	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Goiás	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Bahia	-	Dez-2032	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Sergipe	-	Dez-2032	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Alagoas	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Ceará	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Paraíba	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Piauí	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Pernambuco	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Rio Grande do Norte	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Paraná	-	Dez-2032	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Paraná (Norte)	-	Dez-2022	Dez-2022	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Santa Catarina	-	Dez-2032	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Rio de Janeiro	Abr-2028	Abr-2028	Abr-2028*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Espírito Santo	Abr-2028	Abr-2028	Abr-2028*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Rio Grande do Sul	Abr-2028	Abr-2028	Abr-2028*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
São Paulo – Capital	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
São Paulo – Interior	Mar-2028	Mar-2028	Mar-2028	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Minas Gerais	-	Abr-2035	Abr-2035*	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Amazonas	Nov-2028	-	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Maranhão	Nov-2028	-	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Roraima	Nov-2028	-	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Amapá	Nov-2028	-	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Pará	Nov-2028	-	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041

* Alguns blocos vencem em dezembro de 2032.

** Além do bloco nacional com vencimento em outubro de 2027 a Companhia possui 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 20 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) possuem vencimento em agosto de 2031. (Depois de uma disputa na Anatel a Companhia foi decretada vencedora de mais um lote E-8 do Edital com vencimento em junho de 2036).

*** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em todo Brasil, com vencimento em junho 2026, exceto Municípios com o Código Nacional 34, 35 ou 37 (restrição não inclui Setor 3 do Plano Geral de Outorgas (PGO)) e municípios do Setor 22 e 25 do PGO, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

**** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em toda a Região I do PGO com vencimento junho 2026 e São Paulo Capital com vencimento julho 2031.

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços, objeto das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os demais serviços de telecomunicações prestados pelas controladas da Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens.

Notas Explicativas

Direitos de exploração de satélite

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital	Data de emissão	Vencimento
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W, 70°W, 84°W – Banda C	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W – Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W – Banda Ku	08/10/03	12/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W – Banda C e Ku	27/02/07	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W – Banda Ka e Ku (Planejado)	28/03/12	27/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W – Banda Ka e Ku	06/02/12	05/02/27

Análise sobre risco de continuidade operacional:

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$13.883.074 no consolidado. Do total do capital circulante líquido, R\$2.852.874 refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte necessário para a continuidade das operações.

Em contrapartida, a Companhia apresenta conforme demonstração do Fluxo de Caixa, caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$15,0 bilhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia efetua acompanhamento tempestivo em seus fluxos de caixas dos quais suportam a geração de caixa para o período corrente e para os períodos seguintes.

Dessa forma, a Companhia não identificou incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando.

Pandemia da Covid-19 e seus impactos:

Neste período de 2022 ainda verificou-se casos de contaminação pela COVID-19. Em função disso, a Administração da Companhia manteve suas avaliações e decisões sobre as medidas necessárias à manutenção de adequado relacionamento com *stakeholders*, assim como à preservação da saúde, segurança e tranquilidade dos colaboradores e seus familiares.

Avalia-se que, de uma forma geral, não houve impactos materiais nos negócios em decorrência da pandemia. De qualquer forma, a Administração segue monitorando a situação e adotando as ações necessárias para manter a saúde financeira, a liquidez e capacidade operacional dos negócios.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), exceto pela apresentação das demonstrações do valor adicionado, a qual não é exigida pelo IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação, e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de imposto de renda diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A Administração da Companhia avalia e monitora o desempenho dos resultados para tomada de decisões com base em relatórios consolidados e todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, pelo que a Companhia e controladas operam em uma unidade de negócio de Telecomunicações que abrange serviços locais, de longa distância nacional e internacional, comunicações de dados, serviços pós-pagos e serviços pré-pagos, tarifa de uso de meios, *roaming*, venda de aparelhos e acessórios, capacidade satelital para serviços de radiocomunicação, tais como (i) serviços de rede; (ii) serviços de telecomunicação ponto a ponto; e (iii) difusão de programação de rádio e televisão e outros serviços.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas do exercício comparativo foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações com o período corrente, porém, devido à imaterialidade dos montantes, não estão sendo detalhadas.

3. Políticas contábeis

3.1. Bases de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2022		2021	
	Indireta	Direta	Indireta	Direta
Claro	-	45,54%	-	45,54%
Americel	-	100,00%	-	100,00%
Claro Pay Holding (Nota 1 iii.)	-	100,00%	-	-
Claro Pay (Nota 1 iii.)	100,00%	-	-	100,00%
BrasilCenter	45,54%	-	45,54%	-
iMusica LLC (EUA)	45,54%	-	45,54%	-
Ideas Musicales S.A. (Argentina)	40,99%	-	40,99%	-
Ideas Musicales S.A. de C.V. (México)	45,54%	-	45,54%	-
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.	45,54%	-	45,54%	-
Claro NXT	60,32%	0,38%	60,32%	0,38%
Tvsat	60,32%	-	60,32%	-
TdB	60,32%	-	60,32%	-
Reyc	60,32%	-	60,32%	-
Jovana (Nota 1 i.)	45,54%	-	-	-
Ustore (Nota 1 iv.)	45,54%	-	-	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

Notas Explicativas

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida).
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ele tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

3.2. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Em combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve mensurar novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultantes abrangentes, conforme apropriado. Em períodos contábeis anteriores, o adquirente pode ter reconhecido ajustes no valor contábil de sua participação anterior na adquirida, cuja contrapartida tenha sido contabilizada como outros resultados abrangentes (em ajustes de avaliação patrimonial), em seu patrimônio líquido. Nesse caso, o valor contabilizado pelo adquirente, em outros resultados abrangentes, deve ser reconhecido nas mesmas bases que seriam exigidas, caso o adquirente tivesse alienado sua participação anterior na adquirida (ou seja, deve ser reclassificado para a demonstração do resultado do período).

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma empresa é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

Notas Explicativas

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o IFRS9/CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.3. Novos pronunciamentos contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2022 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
IFRS 1 correlato ao CPC 43 (R1): Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro.	Melhorias anuais para as normas IFRS 2018-2020 (subsidiária como adotante pela primeira vez)
IFRS 3 correlato ao CPC 15 (R1): Combinações de negócios.	Referência à estrutura conceitual (emendas à IFRS 3)
IFRS 9 correlato ao CPC 48: Instrumentos Financeiros	Alterado por taxas no teste de '10%' para desreconhecimento de passivos financeiros
IAS 16 correlato ao CPC 27: Ativo Imobilizado.	Imobilizado - Produto antes do uso pretendido (emendas à IAS 16)
IAS 37 correlato ao CPC 25: <i>Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</i>	Contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (emendas à IAS 37)

Notas Explicativas

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
IFRS 10 correlato ao CPC 36 (R3) e IAS 28 correlato ao CPC 18 (R2): Aplicando a Exceção na Consolidação.	Data efetiva das emendas a IFRS 10 e IAS 28	A definir
IFRS 17 correlato ao CPC 50: Contratos de Seguros.	Abordar preocupações e desafios da implementação do IFRS 17	1º de janeiro de 2023
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)	1º de janeiro de 2024
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterações relativas à divulgação das políticas contábilísticas (julgamentos da materialidade)	1º de janeiro de 2023 ou após
IAS 8 correlato ao CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
IAS 12 correlato ao CPC 32: Tributos sobre o lucro.	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações à IAS 12)	1º de janeiro de 2023

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2023 não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 22.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e depósitos judiciais.

Notas Explicativas

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Notas Explicativas

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração dos resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites e acessórios.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

3.7. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 22.

Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

3.8. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.

Notas Explicativas

3.9. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.10. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme Nota 10.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Notas Explicativas

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.11. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Notas Explicativas

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que:

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3.12. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear, descrito na Nota 11.

Notas Explicativas

Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos).

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

3.13. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- a) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

- b) **Ativos Intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2022 e projeções orçamentárias para 2023, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrentes da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada. A taxa de crescimento da receita em 2022 foi em média de 5,2%a.a. (redução de 1,2% a.a. em 2021) estimada com base no histórico de vendas.

- Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

Notas Explicativas

- Taxa de desconto

Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2022 é de 8,72% a.a. (8,5% a.a. em 2021).

- Fluxos de caixa futuros

A projeção de fluxos de caixa discricionários para 5 anos com perpetuidade após os 5 anos utilizando a taxa em 2022 de 3,25% a.a. (3,25% a.a. em 2021).

A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2022 foi de 3,57%a.a (3,86%a.a. em 2021).

3.14. Tributação

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Tributo Federal.
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal.
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal.
- FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
- FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social.
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual.
- IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - Tributo Federal.
- IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal.
- IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal.
- ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal.
- PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal.
- PPNUM - Preço público relativo a administração dos recursos de numeração.
- TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento.
- TFI - Taxa de Fiscalização e Instalação.

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS, ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.15. Participação de empregados no resultado

As controladas constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.16. Receitas diferidas

Representadas, principalmente pela receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Representadas também, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

3.17. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas

3.18. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.19. Reconhecimento de receita

As controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos. As controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto, a controlada Claro realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial é reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

As controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago.

Notas Explicativas

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

3.20. Subvenção e assistência governamentais

As controladas Claro, Claro NXT e Tvsat possuem benefícios fiscais advindos de subvenções e assistências governamentais que reduzem as bases do IRPJ e da CSLL.

A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos fiscais, em conformidade ao artigo 195-A da Lei 6.404/76, são destinadas para a reserva de incentivos fiscais que por consequência são excluídas do cálculo de dividendos obrigatórios, e utilizadas apenas para aumento de capital ou na absorção de prejuízos.

3.21. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.22. Participações de não controladores

Refere-se, principalmente, a participação de não controladores na controlada Claro.

3.23. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.24. Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.25. Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

Notas Explicativas

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas

3.26. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas estão detalhadas na Nota 3.13.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Valor justo de instrumentos financeiros

Notas Explicativas

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 15.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 17.

Provisão para perdas de crédito esperadas

Notas Explicativas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

As controladas da Companhia não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a controlada Claro teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

As controladas da Companhia determinam os prazos dos arrendamentos como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

As controladas da Companhia possuíam vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. As controladas da Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Notas Explicativas**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos (1)	455	8.633	864.065	554.935
Equivalentes de caixa	90	60	875.604	1.183.975
	545	8.693	1.739.669	1.738.910

(1) Inclui valores de aplicação financeira com partes relacionadas no montante de R\$24 para a controladora e R\$28.177 para o consolidado, com taxa média de remuneração 12,85% a.a. (R\$30.356 em 31 de dezembro de 2021 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 8,34%).

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 13,51% a.a (9,39% em 31 de dezembro de 2021).

5. Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	2022	2021
Venda de aparelhos celulares e acessórios	1.225.187	888.744
Serviços de voz, dados e outros	6.712.552	6.754.424
Administradoras estrangeiras	21.761	24.012
	7.959.500	7.667.180
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.532.594)	(1.549.570)
	6.426.906	6.117.610

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2022	2021
A vencer	4.876.591	3.928.990
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.227.716	1.403.975
De 31 a 60 dias	286.888	504.796
De 61 a 90 dias	182.552	313.415
Mais de 90 dias	1.385.753	1.516.004
	7.959.500	7.667.180

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	1.549.570	1.607.622
Aquisição de empresas (Nota 1 i.)	18.136	-
Operações societárias (Nota 1 v.)	-	109.074
Provisão constituída, líquida de reversão	921.896	590.747
Baixa de provisão (1)	(957.007)	(757.873)
Saldo final	1.532.594	1.549.570

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. Estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Estoques de aparelhos para revenda	324.661	278.167
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	173.416	121.208
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	45.871	51.981
Outros	19.799	15.828
	563.747	467.184
Provisão para perdas em estoques	(65.741)	(57.505)
	498.006	409.679

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	57.505	48.819
Provisão constituída	37.133	10.951
Baixas	(28.897)	(2.265)
Saldo final	65.741	57.505

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

Notas Explicativas

7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos

7.1 Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS a recuperar (1)	-	-	1.714.225	1.520.170
Imposto de renda retido na fonte (2)	-	-	1.055.825	858.621
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	34.490	38.293	265.656	251.035
PIS/COFINS (3)	-	-	413.239	828.666
CPMF pago indevido (4)	28.415	30.065	28.415	30.065
Outros	-	-	72.817	95.888
	62.905	68.358	3.550.177	3.584.445
Circulante	14.558	18.384	1.154.203	1.218.853
Não circulante	48.347	49.974	2.395.974	2.365.592

- (1) Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.
- (2) Predominantemente são créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002.
- (3) Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Claro NXT possuía créditos referentes a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante de R\$159.958 (R\$110.918 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$49.040 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro). Em 2022 foi reconhecida a atualização de SELIC, registrado no resultado financeiro, no montante de R\$1.257 e além disso ocorreu utilização do crédito integral no montante de R\$161.241.
- Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Claro reconheceu créditos referentes a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS e até o encerramento do exercício possuía em seus registros o saldo no montante de R\$290.409 (R\$162.357 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$128.052 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro), dos quais R\$3.453 (R\$1.568 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$1.855 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) aguardamos o trânsito em julgado. Em 2022 foi reconhecida a atualização de SELIC, registrado no resultado financeiro, no montante de R\$3.411 e além disso ocorreu utilização do crédito no montante de R\$278.742.
- (4) Trata-se de crédito decorrente de pagamento em duplicidade efetuado pela Companhia em 2009 em razão de ter efetuado pagamento espontâneo de débito CPMF incidente sobre operações simbólicas de câmbio. Isso porque, quando da realização do pagamento, a Companhia já se encontrava sob ação fiscal e, portanto, não poderia realizar qualquer pagamento de forma espontânea. Assim, concluída a ação fiscal, foi desconsiderado o pagamento efetuado e lavrado auto de infração. Posteriormente a Companhia efetuou o pagamento do débito exigido pelo auto de infração com o benefício instituído pela Lei nº 11.941/2009 e o valor pago durante a ação fiscal constituiu-se em crédito em favor da Companhia contra a Receita Federal.

7.2 Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura.

Notas Explicativas

A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2022			2021		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais	4.862.208	1.762.979	6.625.187	4.865.160	1.764.043	6.629.203
Provisão para perdas de crédito esperadas	667.453	240.283	907.736	681.801	245.448	927.249
Provisão para contingências	2.286.355	823.088	3.109.443	1.961.630	706.187	2.667.817
Tributos com exigibilidade suspensa	613.066	220.704	833.770	536.613	193.181	729.794
Plano atuarial	351.920	126.691	478.611	397.150	142.974	540.124
Variação cambial regime de caixa (1)	34.183	12.306	46.489	207.387	74.659	282.046
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	48.181	17.346	65.527	22.269	8.017	30.286
Efeitos de IFRS 16/CPC 06(R2)	233.237	83.965	317.202	259.387	93.379	352.766
Outras diferenças temporárias	939.402	329.831	1.269.233	904.732	315.783	1.220.515
	10.036.005	3.617.193	13.653.198	9.836.129	3.543.671	13.379.800
Passivo fiscal diferido						
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Plano atuarial	(93.925)	(33.813)	(127.738)	(93.371)	(33.614)	(126.985)
Ágio em aquisições (2)	(589.018)	(200.127)	(789.145)	(607.921)	(180.683)	(788.604)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(680.189)	(244.868)	(925.057)	(643.608)	(231.699)	(875.307)
Depreciação acelerada (3)	(69.187)	(24.907)	(94.094)	(20.021)	(7.207)	(27.228)
Inovação tecnológica (4)	(82.124)	(29.565)	(111.689)	(31.340)	(11.283)	(42.623)
Outras diferenças temporárias	(163.139)	(58.731)	(221.870)	(156.309)	(56.271)	(212.580)
	(1.696.497)	(598.820)	(2.295.317)	(1.571.485)	(527.566)	(2.099.051)
Ativo fiscal diferido, líquido	8.339.508	3.018.373	11.357.881	8.264.644	3.016.105	11.280.749

(1) Em 2021 a Companhia passou a tributar os efeitos da variação cambial decorrente de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.

(2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiá Ltda., Big TV ESC 90 e BrTel.

(3) A controlada Claro possui depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, e a controlada Jonava possui depreciação acelerada de seus ativos referentes a redes móveis.

(4) Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial e/ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

Notas Explicativas

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.560.662	2.040.088	7.600.750
Operações societárias (Nota 1 v.)	653.154	235.117	888.271
Reconhecimento de tributo diferido (1)	2.140.816	770.694	2.911.510
Constituição	302.075	102.854	404.929
Realização	(392.063)	(132.648)	(524.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.264.644	3.016.105	11.280.749
Operações societárias (Nota 1 ii.)	(72.386)	(26.059)	(98.445)
Reconhecimento de tributo diferido (2)	126.619	45.583	172.202
Constituição	354.044	122.217	476.261
Realização (3)	(333.413)	(139.473)	(472.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.339.508	3.018.373	11.357.881

- (1) As controladas registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias, no montante de R\$2.359.595, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, que foram impactados especialmente por eventos relevantes de operações societárias (Nota 1 iv. / v.), e o reconhecimento adicional decorrente da não incidência do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre juros Selic no montante de R\$551.915 conforme nota 7.3.
- (2) As controladas Claro NXT e Claro TV registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$ 172.202, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos.
- (3) Do valor realizado no ano, o montante de R\$ 50.698 foi registrado no patrimônio líquido referente ao efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho na atualização do plano de benefício pós emprego.

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Consolidado (*)
2023	2.353.111
2024	1.710.262
2025	1.507.332
2026	1.031.080
2027	1.489.354
2028	1.189.950
2029	1.291.253
2030 a 2032	3.080.856
	13.653.198

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

7.3. Créditos tributários

Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

O Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou, em 24 de setembro de 2021, o mérito do Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito. Em 29 de setembro de 2021 foi publicada a Ata de Julgamento e o acórdão publicado em 16 de dezembro de 2021.

Neste julgamento foi acolhida, por unanimidade de votos, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Tal decisão proferida no referido Recurso Extraordinário não transitou em julgado, sendo cabível, ainda, Embargos de Declaração que definirão a modulação dos efeitos da decisão.

Notas Explicativas

Em 26 de março de 2020, as controladas Claro S.A., Americel, Tvsat, e, na data de 27 de janeiro de 2012 a controlada Claro NXT, ajuizaram, ação acerca do tema, tendo sido a decisão de primeira instância desfavorável, estando no momento o recurso interposto pendente de decisão.

Parte substancial do referido crédito potencial é referente a ativo fiscal diferido, e sua realização dependerá da geração de lucro tributável em exercícios futuros. As controladas atualizaram os estudos e projeções de resultados dos próximos anos, que consideraram, dentre outros aspectos, a melhor estimativa possível de todos os efeitos de eventos relevantes em curso, como leilão 5G, reestruturações societárias de empresas do grupo, dentre outros aspectos. Em face do referido cenário e conforme determina o IFRIC 23/ ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, as controladas registraram em dezembro de 2021 a sua melhor estimativa do crédito no valor de R\$703.761. Deste total, o montante de R\$551.915 corresponde a IRPJ e CSLL diferidos e R\$151.846 corresponde a IRPJ e CSLL correntes pago a maior. As controladas aguardam o prosseguimento das etapas processuais necessárias, para início da compensação dos valores.

8. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2022	2021
Custos incrementais para obtenção de contratos com clientes (1)	2.482.578	2.409.649
Seguros	134.431	116.005
Propaganda e publicidade	19.183	18.131
Outros	100.534	71.466
	2.736.726	2.615.251
Circulante	1.392.610	1.288.408
Não circulante	1.344.116	1.326.843

(1) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas para obtenção de contratos com clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, aos quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato.

Notas Explicativas**9. Investimentos**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os detalhes das principais controladas diretas e indiretas, são como se seguem:

Empresa	2022		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
	Lucro líquido (prejuízo) do período	Patrimônio líquido	Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro	1.763.595	14.843.576	48.456	40.185	45,54%	83,24%
Americel	664.236	2.990.751	75.914.631	-	100,00%	100,00%
Claro NXT	2.058.875	10.123.758	86.447.903	-	0,38%	0,38%
Claro Pay Holding	(24.845)	20.921	91.879	-	100,00%	100,00%

Empresa	2021		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro	2.996.719	12.985.329	48.456	40.185	45,54%	83,24%
Americel	717.468	2.401.552	75.914.631	-	100,00%	100,00%
Claro NXT	1.764.306	8.061.157	86.447.903	-	0,38%	0,38%
Claro Pay	(32.133)	2.569	8.559.572	-	100,00%	100,00%

Os investimentos no consolidado estão compostos como seguem:

	% de participação		2022	2021
	Total	Capital votante		
EG Participações	74,63%	49,27%	179.473	156.463
Ustore Software e Serviços de Informática S.A.	-	-	-	17.777
Torres do Brasil	1,12%	1,12%	3.826	-
Outros			19	35
			183.318	174.275

Notas Explicativas

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	Tvsat	Claro	Americel	Claro Pay	Claro Pay Holding	EG	NXT Par	Claro NXT	Torres do Brasil	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	859.966	8.977.864	1.976.839	919	-	-	-	-	-	11.815.588
Resultado da equivalência patrimonial	-	1.364.588	717.465	(32.133)	-	24.762	(39.083)	7.204	-	2.042.803
Distribuição de dividendos e juros sobre capital (1)	-	-	(176.775)	-	-	-	-	-	-	(176.775)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(5.808)	-	-	(7.465)	-	-	-	(13.273)
Aumento de participação (2)	-	-	-	-	-	131.693	-	-	-	131.693
Aumento de capital (3)	-	-	-	33.800	-	700	-	-	-	34.500
Operações societárias (Nota 1 v. / vi.)	(859.966)	(4.723.962)	(107.022)	-	-	(11)	39.083	23.380	-	(5.628.498)
Variação cambial em controlada no exterior	-	3.093	(17)	-	-	88	-	-	-	3.164
Atualização de passivo atuarial	-	290.911	(3.888)	-	-	6.691	-	(57)	-	293.657
Mudança de participação	-	334	8	-	-	-	-	-	-	342
Prescrição de dividendos	-	199	750	-	-	5	-	-	-	954
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	5.913.027	2.401.552	2.586	-	156.463	-	30.527	-	8.504.155
Resultado da equivalência patrimonial	-	803.075	664.236	(38.703)	(24.845)	18.571	-	7.797	2.593	1.432.724
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(222)	(6.310)	-	-	(4.414)	-	-	(2)	(10.948)
Distribuição de dividendos e juros sobre capital (1)	-	-	(69.269)	-	-	-	-	-	-	(69.269)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	7.465	-	-	-	7.465
Aumento de capital (3)	-	-	-	56.900	25.000	369	-	-	-	82.269
Operações societárias (Nota 1 ii. / iii.)	-	(776)	(457)	(20.767)	20.767	-	-	-	1.233	-
Atualização de passivo atuarial	-	44.272	1.001	-	-	1.019	-	14	-	46.306
Variação cambial em controlada no exterior	-	(174)	-	-	-	(4)	-	-	-	(178)
Perdas em transação de capital	-	-	-	-	-	4	-	-	2	6
Reflexo de outras movimentações de controlada	-	-	-	(16)	-	-	-	-	-	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	6.759.202	2.990.753	-	20.922	179.473	-	38.338	3.826	9.992.514

Notas Explicativas

1) Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

2022

Em 04 de fevereiro de 2022, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$4.500, à razão de R\$0,0592771111 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Em 14 de março de 2022, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$5.000, à razão de R\$0,0658634567 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Em 19 de abril de 2022, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$6.000, à razão de R\$0,0790361481 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Em 28 de abril de 2022, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$369, à razão de R\$0,0048607231 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Em 10 de junho de 2022, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$7.900, à razão de R\$0,1040642616 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Em 19 de julho de 2022, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$6.500, à razão de R\$0,0856224938 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Notas Explicativas

Em 02 de setembro de 2022, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$13.500, à razão de R\$0,1778313332 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Em 18 de outubro de 2022, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$5.000, à razão de R\$0,0658634567 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Em 18 de novembro de 2022, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$5.000, à razão de R\$0,0658634567 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Em 16 de dezembro de 2022, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$15.500, à razão de R\$0,2041767159 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

2021

Em 26 de janeiro de 2021, em AGE da controlada Americel, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$1.875 à conta de Reserva de Lucros, à razão de R\$0,0246987963 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76, e pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$2.500 à conta de Reserva de Lucros, à razão R\$0,0279919691 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com o estabelecido na Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012.

Em 31 de março de 2021, em AGE da controlada Americel foi aprovado pagamento de JCP no montante de R\$4.700 à conta de Reserva de Lucros, à razão R\$0,0526249019 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com o estabelecido na Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012.

Em 29 de junho de 2021, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$128.000, à razão de R\$1,7124498751 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Em 29 de julho de 2021, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$5.500, à razão de R\$0,0724498024 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 23 de setembro de 2021, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$4.200, à razão de R\$0,0553253036 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 21 de outubro de 2021, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários da controlada Americel no valor de R\$4.000 à razão de R\$0,0526907653 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2021, foi aprovado o pagamento de JCP da controlada Americel no montante de R\$26.000, à razão de R\$ 0,2911164787 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros a Realizar constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2) Aumento de participação

Em 30 de junho de 2021, mediante contrato de compra e venda celebrado entre a controlada Americel e a Companhia, foi concluída a venda total da participação detida pela Americel na EG para a Companhia.

3) Aumentos de capital:

2022

Em 03 de janeiro de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$7.000, com a emissão de 86.539.929.230 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 04 de fevereiro de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$5.500, com a emissão de 103.040.986.511 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 14 de março de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$5.000, com a emissão de 154.473.244.809 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Notas Explicativas

Em 19 de abril de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$6.000, com a emissão de 286.541.436.063 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 28 de abril de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na investida EG no montante de R\$369, com a emissão de 10.765 novas ações ordinárias e 10.765 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 09 de maio de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$5.500, com a emissão de 368.904.279.429 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela acionista Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirma sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 10 de junho de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$7.900, com a emissão de 783.890.647.820 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirma sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia. Na mesma referida AGE da controlada Claro Pay, foi aprovado a proposta de grupamento da totalidade das 1.815.154.026.489 ações ordinárias da Sociedade, conforme previsto no Art. 12 da LSA, na proporção de 1.000.000 (um milhão) para 1 (um), sem modificação do montante do capital social da controlada, o qual passará a ser representado por 1.815.154 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As frações de ações detidas por um acionista que não forem suficientes para serem grupadas em um lote inteiro de 1.000.000 (um milhão) ações ordinárias da Sociedade serão adquiridas pela própria Sociedade pelo valor de R\$0,0100779362 por 1000 (mil) ações (correspondente ao valor patrimonial contábil de suas ações em 31 de maio de 2022), o qual será pago no prazo de 30 (dez) dias úteis a contar da presente data em moeda corrente nacional.

Em 19 de julho de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$6.500, com a emissão de 918.275 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela acionista Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 02 de setembro de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$13.500, com a emissão de 2.632.544 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela acionista Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Notas Explicativas

Em 18 de outubro de 2022, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$5.000 com a emissão de 7.089.495, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 18 de novembro de 2022, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$5.000 com a emissão de 11.357.673, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 16 de dezembro de 2022, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 52.665.437, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

2021

Em 13 de maio de 2021, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$1.100, com a emissão de 4.122.155 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirma sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 16 de julho de 2021, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na EG no montante de R\$700, com a emissão de 26.473 novas ações ordinárias e 26.473 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, e subscritas individualmente pela acionista Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 29 de julho de 2021, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$5.500, com a emissão de 550.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirma sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 17 de setembro de 2021, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$8.200, com a emissão de 4.991.519.895 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirma sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Notas Explicativas

Em 21 de outubro de 2021, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$4.000, com a emissão de 2.989.703.089 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirma sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 14 de dezembro de 2021, foi deliberado em AGE o aumento de capital na controlada Claro Pay no montante de R\$15.000, capitalizado em moeda corrente, mediante emissão de 23.227.157 ações nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia.

10. Imobilizado

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado	
		2022	2021
Equipamentos de transmissão	2,3,5,7,8,10,12,13,15 e 25	26.848.680	25.299.563
Infraestrutura	5,10,12,15,20, 25 e 30	4.404.850	4.435.688
Equipamentos de comutação	3,4,5,7,10 e 15	5.543.604	4.842.099
Prédios	20 e 25	499.960	411.516
Terrenos		451.898	451.156
Outros ativos imobilizados	5, 13, 15 e 25	546.694	475.125
Ajuste ao valor de realização		(34.682)	(69.337)
Imobilizado em andamento		4.035.963	5.214.586
Imobilizado total (a)		42.296.967	41.060.396
Equipamentos de transmissão	7	341.222	146.194
Prédios	5	43.224	80.447
Infraestrutura	3, 4 e 8	10.873.520	5.905.991
Direito de uso em arrendamento (b)		11.257.966	6.132.632
Imobilizado, líquido		53.554.933	47.193.028

Notas Explicativas

a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado								Total
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste ao valor de realização	Imobilizado em andamento (2)	
Custo em 31 de dezembro de 2020	73.923.113	11.894.235	20.343.126	1.267.731	438.370	4.873.436	(1.358.457)	5.965.291	117.346.845
Adições	514.409	7.632	333	-	-	115.417	-	10.343.520	10.981.311
Baixas	(792.963)	(279.330)	(31.421)	(1.750)	(40)	(17.207)	-	(3.776)	(1.126.487)
Transferências (1)	8.404.914	1.311.987	1.481.848	(6.234)	2.459	129.804	-	(11.138.348)	186.430
Operações societárias (Nota 1 v.)	10.393.214	801.477	711.097	107.451	10.367	301.268	(402.000)	47.899	11.970.773
Custo em 31 de dezembro de 2021	92.442.687	13.736.001	22.504.983	1.367.198	451.156	5.402.718	(1.760.457)	5.214.586	139.358.872
Adições	261.969	2.553	12.032	-	-	110.000	-	9.069.824	9.456.378
Baixas	(586.581)	(71.174)	(60.486)	(4.206)	(184)	(25.325)	-	(40.853)	(788.809)
Transferências (1)	3.108.593	4.560.025	1.984.525	118.735	926	220.359	-	(10.211.189)	(218.026)
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	3.877.051	(260.435)	883.728	-	-	305.833	-	9.401	4.815.578
Operações societárias (Nota 1 ii.)	-	(3.064.035)	-	-	-	-	-	(5.806)	(3.069.841)
Aquisição de empresa (Nota 1 iv.)	1.562	-	-	-	-	-	-	-	1.562
Custo em 31 de dezembro de 2022	99.105.281	14.902.935	25.324.782	1.481.727	451.898	6.013.585	(1.760.457)	4.035.963	149.555.714
Depreciação em 31/12/2020	(53.917.354)	(7.932.124)	(15.785.305)	(879.691)	-	(4.396.618)	1.349.414	-	(81.561.678)
Adições	(4.848.211)	(551.322)	(1.225.349)	(29.829)	-	(271.018)	57.897	-	(6.867.832)
Baixas	675.864	133.989	31.179	1.581	-	17.101	-	-	859.714
Transferências (1)	14.907	(200.080)	(164.093)	59.708	-	(3.537)	-	-	(293.095)
Operações societárias (Nota 1 v.)	(9.068.330)	(750.776)	(519.316)	(107.451)	-	(273.521)	283.809	-	(10.435.585)
Depreciação em 31 de dezembro de 2021	(67.143.124)	(9.300.313)	(17.662.884)	(955.682)	-	(4.927.593)	1.691.120	-	(98.298.476)
Adições	(5.371.177)	(554.717)	(1.308.631)	(29.953)	-	(278.596)	34.655	-	(7.508.419)
Baixas	590.065	66.546	34.748	3.867	-	25.051	-	-	720.277
Transferências (1)	2.720.053	(2.728.031)	6.665	1	-	(769)	-	-	(2.081)
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	(3.051.411)	(267.559)	(851.076)	-	-	(284.984)	-	-	(4.455.030)
Operações societárias (Nota 1 ii.)	-	2.285.989	-	-	-	-	-	-	2.285.989
Aquisição de empresa (Nota 1 iv.)	(1.007)	-	-	-	-	-	-	-	(1.007)
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	(72.256.601)	(10.498.085)	(19.781.178)	(981.767)	-	(5.466.891)	1.725.775	-	(107.258.747)
Imobilizado, líquido	26.848.680	4.404.850	5.543.604	499.960	451.898	546.694	(34.682)	4.035.963	42.296.967

(1) Representam transferências de imobilizado em andamento para a operação, bem como para o intangível.

(2) O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4.5G) e quinta geração (5G).

Notas Explicativas

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento

Incluem contratos de aluguel enquadrados na regra da IFRS 16/CPC 06 (R2). Referem-se principalmente à arrendamento de lojas, terrenos, espaço em torres de terceiros, infraestrutura de rede, dentre outros.

	Consolidado			
	Equipamentos de transmissão	Prédios	Infraestrutura	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	133.215	94.921	4.857.758	5.085.894
Adições, líquidas (1)	37.762	26.618	1.690.115	1.754.495
Amortização do direito de uso	(28.807)	(41.901)	(1.597.853)	(1.668.561)
Operações societárias (Nota 1 v.)	4.024	809	955.971	960.804
Saldo em 31 de dezembro de 2021	146.194	80.447	5.905.991	6.132.632
Adições, líquidas (1) (2)	247.187	99	6.913.542	7.160.828
Amortização do direito de uso	(52.159)	(37.322)	(1.901.164)	(1.990.645)
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	-	-	1.020.647	1.020.647
Operações societárias (Nota 1 ii.)	-	-	(1.065.496)	(1.065.496)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	341.222	43.224	10.873.520	11.257.966

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

(2) Inclui valores de *base fee* e terrenos reconhecidos em julho de 2022 com a parte relacionada TBSA no montante de R\$5.649.600, em decorrência da operação societária na Nota 1 ii.

c) Bens vinculados aos contratos de concessão

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados na controlada Claro, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

d) Satélites

Em 30 de julho de 2021, ocorreu lançamento do novo satélite Star One D2, que complementar a cobertura de Banda Ka do Star One D1, ampliando as ofertas de *backhaul* e banda larga para todo o território nacional. O Star One D2 também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2. Fornece também capacidade em Banda X, para uso do Ministério da Defesa do Brasil. Com a Banda Ku, o satélite fornecerá capacidade de dados, vídeo e *Internet* para órgãos do Governo e grandes empresas de diversos setores das Américas do Sul e Central, incluindo o México, além de possibilitar a transmissão de sinais para TV em geral. O D2 poderá distribuir os sinais de TV aberta que deverão ser migrados da Banda C para Banda Ku, por conta da chegada do 5G. Em 30 de setembro de 2021, o satélite D2 foi transferido da rubrica de imobilizado em andamento para operação na rubrica de equipamento de transmissão no montante de R\$1.498.106.

Notas Explicativas

e) Juros capitalizados

A controlada Claro adota como prática capitalizar mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (satélites), líquidos de receitas financeiras em conformidade com as práticas estabelecidas pelo CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve gastos capitalizados (R\$184.295 em 31 de dezembro de 2021).

f) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que, a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

g) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicadores de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

Notas Explicativas

11. Intangível

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado	
		2022	2021
Licenças de outorga	6,15 e 20	6.430.230	4.315.893
Direito de uso de <i>software</i>	5	1.098.307	1.041.532
Ágio	-	7.075.988	3.595.662
Direito de uso de circuitos e de passagem	5,12,15,20 e 30	1.102.573	1.197.975
Fundo de comércio	1	1.924	1.060
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	5.807	4.727
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7 - 6,7 e 10,75	1.005.240	442.971
Intangível em andamento		1.576.579	4.313.678
Intangível, líquido		18.296.648	14.913.498

Notas Explicativas

Movimentação do intangível

	Consolidado									
	Licenças de outorga (2)	Direito de uso de software	Ágio	Direito de uso de circuitos e de passagem	Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis	Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	Ajuste ao valor de realização	Intangível em andamento	Total
Custo em 31/12/2020	14.585.992	5.689.201	3.769.869	2.012.144	92.244	206.302	1.657.303	(163.233)	418.325	28.268.147
Adições	-	13.370	-	98.411	-	935	-	-	5.218.279	5.330.995
Baixas	(34.280)	(98)	-	-	-	(642)	-	-	(2.064)	(37.084)
Transferências (1)	970.753	85.238	-	60.658	1.256	-	-	-	(1.320.940)	(203.035)
Operações societárias (Nota 1 i.)	2.620.414	1.868.800	-	-	2.188	7.470	-	-	78	4.498.950
Custo em 31/12/2021	18.142.879	7.656.511	3.769.869	2.171.213	95.688	214.065	1.657.303	(163.233)	4.313.678	37.857.973
Adições	-	30.062	13.024	3.059	-	1.109	-	-	604.141	651.395
Baixas	(68.112)	(171)	-	(46.725)	-	(1.264)	-	-	-	(116.272)
Transferências (1)	2.909.235	548.021	-	89.247	1.925	-	7.200	-	(3.341.240)	214.388
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	1.026	509.609	3.409.716	-	-	-	663.145	-	-	4.583.496
Aquisição de empresa (Nota 1 iv.)	-	19.945	57.586	-	-	2.004	-	-	-	79.535
Custo em 31/12/2022	20.985.028	8.763.977	7.250.195	2.216.794	97.613	215.914	2.327.648	(163.233)	1.576.579	43.270.515
Amortização em 31/12/2020	(11.678.691)	(4.327.739)	(174.207)	(841.980)	(92.244)	(199.407)	(1.210.535)	163.233	-	(18.361.570)
Adições	(685.182)	(823.546)	-	(131.258)	(198)	(2.877)	(3.797)	-	-	(1.646.858)
Baixas	-	24.722	-	-	-	369	-	-	-	25.091
Transferências (1)	(560)	310.256	-	-	2	-	-	-	-	309.698
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	(1.462.553)	(1.798.672)	-	-	(2.188)	(7.423)	-	-	-	(3.270.836)
Amortização em 31/12/2021	(13.826.986)	(6.614.979)	(174.207)	(973.238)	(94.628)	(209.338)	(1.214.332)	163.233	-	(22.944.475)
Adições	(727.336)	(585.003)	-	(144.057)	(1.061)	(7.490)	(106.198)	-	-	(1.571.145)
Baixas	-	24.344	-	-	-	6.721	-	-	-	31.065
Transferências (1)	-	2.645	-	3.074	-	-	-	-	-	5.719
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	(476)	(489.808)	-	-	-	-	(1.878)	-	-	(492.162)
Aquisição de empresa (Nota 1 iv.)	-	(2.869)	-	-	-	-	-	-	-	(2.869)
Amortização em 31/12/2022	(14.554.798)	(7.665.670)	(174.207)	(1.114.221)	(95.689)	(210.107)	(1.322.408)	163.233	-	(24.973.867)
Intangível, líquido	6.430.230	1.098.307	7.075.988	1.102.573	1.924	5.807	1.005.240	-	1.576.579	18.296.648

(1) Representam transferências de intangível em andamento para operação, bem como o imobilizado para o intangível.

(2) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal.

Notas Explicativas

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado	
	2022	2021
12.1 Fornecedores		
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços		
Fornecedores diversos	11.255.430	12.628.148
Interconexão e <i>roaming</i>	135.159	124.988
<i>Cobilling</i>	50.277	49.882
	11.440.866	12.803.018
12.2 Outras contas a pagar		
Fornecedores - cessão de direito (1)	35.751	1.379.799
	35.751	1.379.799
Total fornecedores e outras contas a pagar	11.476.617	14.182.817
Circulante	10.174.515	12.614.788
Não Circulante	1.302.102	1.568.029

- (1) Para alguns investimentos, de mais longo prazo, a controlada Claro negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Nestes casos, a controlada Claro anuiu a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores, permitindo a antecipação do contas a receber destes fornecedores. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção e deliberação exclusiva dos fornecedores e a controlada Claro não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a controlada Claro.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					
	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	2.878.154	5.750.000	8.628.154	3.602.337	-	3.602.337
Notas promissórias (b)	819.049	-	819.049	2.255.125	-	2.255.125
Empréstimos CCB (c)	1.688.153	-	1.688.153	-	-	-
Total da dívida	5.385.356	5.750.000	11.135.356	5.857.462	-	5.857.462

Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2020	Captações	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2021
Debêntures (a)	6.164.978	-	(2.615.000)	(157.079)	209.438	3.602.337
Notas promissórias (b)	2.528.777	-	(360.000)	(29.012)	115.360	2.255.125
	8.693.755	-	(2.975.000)	(186.091)	324.798	5.857.462

	Saldo em 31/12/2021	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2022
Debêntures (a)	3.602.337	5.750.000	(1.000.000)	(669.916)	945.733	8.628.154
Notas promissórias (b)	2.255.125	800.000	(2.000.000)	(310.979)	74.903	819.049
Empréstimos (c)	-	1.640.800	-	(111.099)	158.452	1.688.153
	5.857.462	8.190.800	(3.000.000)	(1.091.994)	1.179.088	11.135.356

Notas Explicativas

a) Debêntures

Em 02 de setembro de 2019, a controlada Claro realizou a 9ª emissão de 100.000 debêntures quirografárias (nona emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.000.000 de principal, remuneradas a 106,5% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de março de 2020, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 02 de setembro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia.

No vencimento, 29 de março de 2021, a controlada Claro liquidou 110.000 debêntures relativas à 6ª emissão da Companhia, no valor de R\$1.100.000 de principal e R\$5.544 de juros, remuneradas a 104% do CDI, emitidas em 28 de março de 2018.

No vencimento, 27 de julho de 2021, a Companhia liquidou 151.500 debêntures relativas à 1ª emissão da Companhia, ocorrida em 27 de julho de 2018 no valor de R\$1.515.000 de principal e R\$22.802 de juros, remuneradas a 104,25% do CDI.

Em janeiro de 2022, a controlada Claro prorrogou de 2 para 3 anos, o vencimento da 10ª emissão de debêntures quirografárias (décima emissão), no valor total de R\$2.500.000, de 30 de janeiro de 2022, para 30 de janeiro de 2023. A remuneração foi ajustada para CDI + 1,35%, permanecendo inalteradas as demais condições. Os juros semestrais, no valor de R\$99.337 foram pagos em 30 de janeiro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 28 de março de 2022, a controlada Claro realizou a 11ª (décima primeira) emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$4.250.000, de principal, remuneradas a CDI + 1,40% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 28 de setembro de 2022, e prazo de 2 anos, com vencimento final em 28 de março de 2024. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 01 de setembro de 2022, a controlada Claro realizou a 12ª (décima segunda) emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$1.500.000, de principal, remuneradas a CDI + 1,37% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 28 de fevereiro de 2023, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 28 de agosto de 2025. As debêntures emitidas não têm garantia.

No vencimento, em 02 de setembro de 2022, a controlada Claro liquidou 100.000 debêntures relativas à 9ª emissão da controlada Claro, emitidas em 02 de setembro de 2019, no valor de R\$1.000.000 de principal e R\$66.393 de juros, remuneradas a 106,5% do CDI.

b) Notas promissórias

No vencimento, 22 de novembro de 2021, a controlada Claro liquidou 360 notas promissórias (quarta emissão), totalizando R\$360.000 de principal e R\$29.012 de juros, remuneradas a CDI + 0,60%, emitidas em 27 de novembro de 2019.

No vencimento, 29 de março de 2022, a controlada Claro liquidou 400 notas promissórias (quinta emissão), totalizando R\$2.000.000 de principal e R\$310.979 de juros, remuneradas a 106,00% do CDI, emitidas em 29 de março de 2019.

Notas Explicativas

Em 27 de outubro de 2022, a controlada Claro realizou a emissão de 160 Notas Promissórias, 7ª. emissão, série única, de valor nominal unitário de R\$5.000 (cinco milhões de reais), totalizando R\$800.000 (oitocentos milhões de reais), remuneradas a CDI + 1% a.a., juros a serem pagos no final junto com o principal e com vencimento final em 27 de outubro de 2023. As Notas Promissórias emitidas não têm garantia.

c) Empréstimos

Em 13 de abril de 2022, a controlada Claro realizou a captação de um empréstimo com o BNP Paribas S.A., Paris, no valor de R\$1.640.800, pelo prazo de 1 ano e custo fixo de 13,32% a.a., com a garantia da América Móvil. Os recursos obtidos serão integralmente utilizados para propósitos corporativos gerais da controlada Claro.

d) Compromissos financeiros e não financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros, além do pagamento de juros devidos nos respectivos vencimentos conforme estipulados nos contratos firmados.

14. Obrigações fiscais, líquidas

	Consolidado	
	2022	2021
Obrigações fiscais, líquidas		
FUST/FUNTEL/FISTEL (1)	2.159.115	1.247.135
ICMS	4.965	81.775
PIS/COFINS	80.343	9.801
IRRF	3.502	4.927
IRPJ e CSLL	306.223	304.334
ISS	37.640	28.025
CIDE	11.439	23.042
Refis	1.508	1.974
Outros	21.127	18.891
Total	2.625.862	1.719.904
 Circulante	 2.479.889	 1.569.534
Não circulante	145.973	150.370

(1) A controlada Claro passou a ter a exigibilidade do pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) suspensa por liminares em 18 de março de 2020 e 10 de março de 2021 em 31 de dezembro de 2021 havia o montante de R\$1.039.185. Em 31 de dezembro de 2022 havia o montante de R\$1.953.055 (R\$1.723.400 de principal e R\$229.655 de atualização da Selic).

Notas Explicativas

15. Provisões

Natureza	Consolidado	
	2022	2021
Contingências		
Tributárias	5.142.909	4.857.193
Regulatórias, cíveis e ambientais	3.008.764	2.602.990
Trabalhistas e previdenciárias	972.593	1.003.713
	9.124.266	8.463.896
Provisão para desmantelamento de ativos	454.212	683.861
Participação de empregados no resultado	503.009	354.056
Total de provisões	10.081.487	9.501.813
Circulante	585.827	446.630
Não circulante	9.495.660	9.055.183

15.1 Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.590.536	1.871.713	890.787	7.353.036
Operações societárias (Nota 1 v.)	117.754	151.861	125.857	395.472
Adições (reversões), líquidas	57.889	147.960	409.296	615.145
Baixas por pagamentos	(18.165)	(276.449)	(419.837)	(714.451)
Atualização monetária	109.179	707.905	(2.390)	814.694
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.857.193	2.602.990	1.003.713	8.463.896
Adições (reversões), líquidas	30.156	274.745	414.434	719.335
Baixas por pagamentos	(41.357)	(219.255)	(465.381)	(725.993)
Atualização monetária	296.917	350.284	19.827	667.028
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.142.909	3.008.764	972.593	9.124.266

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Consolidado	
	2022	2021
Depósitos judiciais	4.348.480	3.918.310
Bloqueios judiciais	28.748	29.952
Total	4.377.228	3.948.262

Notas Explicativas

15.1.1 Contingências tributárias

Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. Abaixo também divulgamos as contingências possíveis.

a) ICMS

As controladas Claro e Americel possuem contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$9.573.491 (R\$12.475.659 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$944.747 foram provisionados (R\$894.066 em 31 de dezembro de 2021). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

A controlada Claro possui autuações fiscais para exigência de ICMS sobre a cessão de capacidade satelital. Em 31 de dezembro de 2022, essas causas montam a R\$3.994.101 (R\$3.625.307 em 31 de dezembro de 2021). Em virtude de decisão favorável de mérito pelo Superior Tribunal de Justiça, a expectativa de perda foi reclassificada para remota pela Administração e seus consultores jurídicos.

As controladas Claro e Claro NXT possuem contingências fiscais referentes a exigência de ICMS, sobre locação de equipamentos, no valor de R\$777.801 em 31 de dezembro de 2022 (R\$544.997 em dezembro de 2021), do qual foi provisionado o valor de R\$346.460, relativo ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio de Janeiro (R\$323.523 em 31 de dezembro de 2021).

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem ainda autuações fiscais decorrentes de crédito indevido de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em seus estabelecimentos operacionais, no valor de R\$168.374 em 31 de dezembro de 2022 (R\$253.577 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$16.671 foi provisionado (R\$14.835 em 31 de dezembro de 2021).

As controladas Claro e Americel possuem também autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. O valor dessas contingências é de R\$519.397 em 31 de dezembro de 2022 (R\$504.808 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

b) IRPJ/CSLL

As controladas Claro e Americel possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$3.920.680 (R\$4.977.808 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$1.093.047 foi provisionado (R\$875.338 em 31 de dezembro de 2021). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos:

- I. Contingência da controlada Claro oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante, no valor de R\$304.938 (R\$295.689 em 31 de dezembro de 2021), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, tendo sido constituída provisão pelo valor integral.

Notas Explicativas

II. Contingências da controlada Claro referentes a exigência de IRPJ e CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos, no montante de R\$2.870.462 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.575.830 em 31 de dezembro de 2021). No decorrer do processo administrativo, parte significativa das exigências foi julgada improcedente. Aguarda-se a formalização do Acórdão da Câmara Superior de Recursos Fiscais (última instância administrativa) para confirmar a redução, ora estimada em cerca de 85% de seu montante total. Após decisão em 1ª instância administrativa, a controlada Claro constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante de R\$125.299 em 31 de dezembro de 2022 (R\$118.135 em 31 de dezembro de 2021).

c) IRRF/CIDE

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE no valor de R\$1.204.510 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.123.412 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste montante, foi provisionado R\$34.269 em 31 de dezembro de 2022 (R\$32.766 em 31 de dezembro de 2021).

d) Contribuições previdenciárias

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências referentes a exigência de contribuições previdenciárias no valor atualizado de R\$248.745 em 31 de dezembro de 2022 (R\$231.053 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$20.612 foi provisionado (R\$20.249 em 31 de dezembro de 2021).

e) PIS/COFINS

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem autuações de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$5.017.062 (R\$4.404.355 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$1.497.679 foi provisionado (R\$1.387.228 em 31 de dezembro de 2021). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

A controlada Claro possui contingências de PIS e COFINS relacionadas à exclusão de receitas de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$1.292.114 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.185.916 em 31 de dezembro de 2021), tendo sido constituída provisão no valor integral da contingência.

As controladas Claro e Americel possuem ainda contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R\$1.954.784 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.757.814 em 31 de dezembro de 2021). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

Notas Explicativas

f) FUST/FUNTTEL

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST no valor de R\$3.559.147 atualizados em 31 de dezembro de 2022 (R\$3.167.923 em 31 de dezembro de 2021), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST, do qual foi provisionado o montante de R\$394.774 atualizados em 31 de dezembro de 2022 (R\$378.579 em 31 de dezembro de 2021). As controladas Claro, Claro NXT e Americel, possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL no valor de R\$1.529.076 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.295.439 em 31 de dezembro de 2021), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTEL, do qual foi provisionado o montante de R\$116 atualizados em 31 de dezembro de 2022 (R\$105 em 31 de dezembro de 2021).

g) Glosas de compensação de créditos de IRPJ/ILL e CSLL

As controladas Claro, Nextel e Americel possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de IRPJ, CSLL e ILL, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de saldo/base negativo (a), no valor de R\$2.111.682 em 31 de dezembro de 2022, dos quais R\$22.565 foram provisionados (R\$213.644 em 31 de dezembro de 2021).

h) ISS

As controladas Claro e Claro NXT possuem contingências de ISS, substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS, no valor de R\$563.574 (R\$501.010 em 31 de dezembro de 2021), do qual foi provisionado o montante de R\$12.343 em 31 de dezembro de 2022 (R\$13.275 em 31 de dezembro de 2021) foi provisionado.

i) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R\$1.230.359 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.142.472 em 31 de dezembro de 2021), do qual foi provisionado o valor de R\$1.094.825 (R\$1.020.077 em 31 de dezembro de 2021).

j) Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI"), Taxa de Fiscalização de Funcionamento ("TFF") e Taxa de Fiscalização de Estabelecimento ("TFE")

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências referentes ao não recolhimento de TFI, TFF e TFE supostamente devidas no valor de R\$5.902.393 em 31 de dezembro de 2022 (R\$4.912.087 em 31 de dezembro de 2021). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda.

Notas Explicativas

k) Outras contingências tributárias

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem outras contingências fiscais no valor de R\$316.642 no consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$293.799 em 31 de dezembro de 2021). Foi constituída provisão no valor de R\$27.930 no consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$21.866 em 31 de dezembro de 2021).

15.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, ambientais e trabalhistas

Incluem diversas demandas cíveis, ambientais e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. Abaixo também divulgamos as contingências possíveis.

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$4.322.506, sendo R\$1.892.790 considerado como perda provável e R\$2.429.716 como possível (R\$1.598.143 considerado como perda provável e R\$2.417.239 como possível em 31 de dezembro de 2021).

Para as demandas cíveis, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$4.477.463, sendo R\$1.021.691 considerado como perda provável e R\$3.455.772 (R\$889.310 considerado como provável e R\$3.126.283 como possível, em 31 de dezembro de 2021).

Para as demandas de consumidor, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$663.943, sendo R\$82.820 considerado como perda provável e R\$581.143 como possível (R\$92.574 considerado como perda provável e R\$534.120 como possível, em 31 de dezembro de 2021).

Para as demandas ambientais o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$229.668, sendo R\$11.464 considerado como perda provável e R\$218.203 como possível (R\$22.964 considerado como perda provável e R\$422.008 como possível, em 31 de dezembro de 2021).

Para as demandas trabalhistas, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$1.908.128, sendo R\$972.593 considerado como provável e R\$935.535 como possível (R\$1.003.713 considerado como perda provável e R\$1.344.820 como possível, em 31 de dezembro de 2021).

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo aproximado dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na Taxa Referencial Diária (TRD).

Notas Explicativas

15.1.2.1 Regulatórias

a) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas

a.1) Correção monetária

Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu provisão de R\$1.501.783 (R\$1.241.071 em 31 de dezembro de 2021) com risco provável.

a.2) MMDS

Em 16 de outubro de 2012, a controlada Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a controlada Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI.

Em julho de 2013 a controlada Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a controlada Claro efetuou o depósito judicial de R\$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A controlada Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Durante o ano de 2016, a controlada Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da ação judicial em comento. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os respectivos termos já homologados judicialmente. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$107.957 como perda possível (R\$107.957 em 31 de dezembro de 2021).

b) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC

Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Notas Explicativas

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2022, R\$36.316 como perda provável (R\$33.005 em 31 de dezembro de 2021) e R\$170.686 como perda possível (R\$152.171 em 31 de dezembro de 2021).

c) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP

Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas tendo a Administração e seus consultores jurídicos, avaliado, em 31 de dezembro de 2022, R\$278.353 (R\$271.880 em 31 de dezembro de 2021) como perda provável.

d) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente, tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$354.691 como perda provável e R\$2.259.030 como perda possível (R\$326.067 como perda provável e R\$2.063.443 como perda possível em 31 de dezembro de 2021).

e) CADE

A controlada Claro esclarece que teve conhecimento da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em julgamento, que não teve unanimidade, realizada na data do dia 11 de maio de 2022, determinando o pagamento de multas contra a Claro Brasil (R\$395 milhões), Oi Móvel S.A. (R\$266 milhões) e Telefônica Brasil S.A. (R\$121,7 milhões), que constituíram o Consórcio Rede Correios para participação do Pregão Eletrônico 144/2015-Correio. A controlada Claro, Telefônica e Oi ingressaram individualmente no CADE com Embargos em face dessa decisão administrativa do CADE, considerando a não aplicação da dosimetria da penalidade aplicada, por haver votos divergentes no tocante à dosimetria. Os embargos encontram-se pendentes de julgamento, podendo a controlada Claro após esse julgamento avaliar demais medidas cabíveis (na Justiça). As multas referem-se a uma ação movida pela British Telecom do Brasil ("BT") contra as empresas participantes do Consórcio Rede Correios, alegando, em resumo, práticas anticoncorrenciais e dificuldades à participação da BT em licitação. A controlada Claro informa que não houve conduta anticompetitiva na formação do consórcio e mantém regras rígidas e transparentes na participação de licitações. A empresa tem plena confiança no modelo de consórcio referido, reconhecido por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), e cumpre irrestritamente a todas as leis e normas que protegem e regulam a livre concorrência. Por essa razão, a controlada Claro continuará com a defesa do seu posicionamento em todas as instancias administrativas e/ou judiciais.

Notas Explicativas

15.1.2.2 Cíveis

a) Decreto (SAC)

Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da controlada Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08. O valor envolvido é de R\$301.350 como perda possível. Em setembro de 2013, a controlada Claro foi condenada ao pagamento de R\$30.000, a título de danos morais coletivos. A controlada Claro, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, como perda possível.

b) Disputa com terceiros

A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$1.021.691 como provável (R\$889.310 em 31 de dezembro de 2021) e R\$3.154.422 (R\$2.824.933 em 31 de dezembro de 2021), como perda possível.

15.2 Provisão para desmantelamento de ativos

As controladas Claro, Claro NXT e Americel mantém registradas provisões para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$109.074 (R\$56.446 em 31 de dezembro de 2021). E o montante de R\$454.212 no consolidado a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos não circulante (R\$683.860 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	683.861	809.276
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	71.751	-
Operações societárias (Nota 1 ii. / v.)	(327.040)	131.148
Adições (baixas), líquidas	(4.036)	(196.418)
Atualização monetária	29.676	(60.145)
Total	454.212	683.861

Notas Explicativas

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade de partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.

Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, *fees* referentes aos serviços prestados de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas conforme contrato de prestação de serviços, taxa cobrada pelo uso da marca “Claro” e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 1, a controlada Claro junto com as demais operadoras adquirentes do leilão 5G constituíram a EAF e a EACE.

Conforme descrito na Nota 17, as controladas Claro, Claro NXT, Americel, TdB e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto a Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social (“Telos”).

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Natureza da transação		Consolidado					
		2022		2021		2022	2021
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina	(a)	233.210	-	97.196	-	142.234	228.304
América Móvil Colômbia	(b)	182.341	109	278.174	118	428.119	629.932
Claro CR Telecomunicaciones S.A.	(c)	-	-	-	-	25.676	-
CTE Telecom Personal, S.A. de C.V.	(c)	-	-	-	-	41.179	-
Compañía de Telecomunicaciones de El Salvador, S.A. de C.V. Y	(c)	-	-	-	-	30.795	-
Telecomunicaciones de Guatemala, S.A.	(c)	-	-	-	-	155.677	-
Cablenet, S.A.	(c)	-	-	-	-	380	-
Claro Guatemala, S.A.	(c)	-	-	-	-	8.695	-
Empresa Nicaraguense de Telecomunicaciones, S.A	(c)	-	-	-	-	44.386	-
Estaciones Terrenas de Satelite, S.A.	(c)	-	-	-	-	1.714	-
Cable NET, S.A.	(c)	-	-	-	-	2	-
AMX Paraguay, S.A.	(c)	-	-	-	-	14.060	-
Compañía Dominicana de Telefonos, S. A.	(c)	14.065	-	-	-	170.013	-
AM Wireless Uruguai, S.A	(c)	-	-	-	-	9.088	-
Amov Finance B.V.	(d)	-	20.387.133	-	24.021.380	(1.294.927)	(1.901.339)
NII International Mobile S.á.r.l Inc	(d)	-	11.872.672	-	12.268.266	395.595	(1.149.378)
América Móvil Perú (1)	(d)	3.038	215.777	2.979	5	13.846	(68.519)
América Movil S.A.B S.A.C. (2)	(d)	-	1.046.858	-	-	12.432	(56.650)
Olympic Plaza Holding N.V.	(d)	-	1.119.757	-	-	9.026	-
Claro Chile S.A. (1)		-	-	31.919	136	48.176	30.654
Telmex Chile Holding		2.181	1.480	47.203	-	1.208	39.858
Claro TV S.A. de C.V.		829	-	1.224	-	5.020	3.713
Procisa do Brasil Projetos e Construções		71	31.670	78	30.073	(153.670)	(179.426)
Claro Vídeo, LLC ("DLA")		-	14.434	-	15.930	(172.615)	(181.640)
HITSS do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda.		1.008	205.214	3.746	187.851	(345.981)	(282.095)
Telmex Solutions Telecomunicações S.A.		7.622	202	-	-	536	(35)
Latam LLC		-	2.414	-	27.059	(32.142)	(42.768)
Cablerna do Brasil Ltda.		21	3.283	34	7.525	207	(186)
Torres do Brasil S.A.		3.433	121.103	-	-	(670.037)	-
Outras partes relacionadas		14.698	139.909	29.491	619.369	(123.264)	41.394
		462.517	35.162.015	492.044	37.177.712	(1.234.572)	(2.888.181)
Circulante		455.056	3.307.930	491.044	794.380		
Não circulante		7.461	31.854.085	1.000	36.383.332		

(1) Inclui também passivo de serviços de interconexão.

(2) Inclui também passivo de patrocínios.

Notas Explicativas

- (a) Em 07 de março de 2008, a controlada Claro e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pela AMX Argentina de diversas marcas de propriedade da Claro, para uso da AMX Argentina no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX Argentina durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.
- (b) Em 26 de junho de 2012, a controlada Claro e América Móvil Colômbia, firmaram o contrato de licença para uso pela América Móvil Colômbia de diversas marcas de propriedade da Claro, para uso da América Móvil Colômbia no território colombiano. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela América Móvil Colômbia durante os semestres. O prazo deste contrato foi de um ano, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.
- (c) Em 2022, a controlada Claro e subsidiárias da América Móvil em Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana e Uruguai, firmaram o contrato de licença para uso de diversas marcas de propriedade da Claro. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida por cada subsidiária durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de um ano, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.
- (d) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Notas Explicativas

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado								
					31/12/2020	Captação	Pagamentos (2)	Juros pagos (2)	Provisão de juros	Transferências (3)	Operações societárias (Nota 1 iv. / v.)	Variação cambial	31/12/2021
Claro	d.1)	América Móvil Perú	11,50%	15/03/2027	890.001	-	-	(100.404)	75.097	(864.694)	-	-	-
Claro	d.1)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	-	17.549.177	(5.783.368)	(919.768)	1.207.341	864.694	(4.686.039)	-	8.232.037
Claro	d.1)	América Móvil S.A.B	11,50%	15/03/2027	17.609.273	-	(17.598.031)	(67.459)	56.217	-	-	-	-
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	15/01/2026	-	2.109.000	-	(17.831)	25.370	-	(2.007.515)	(109.024)	-
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	27/01/2026	-	135.038	-	(1.119)	1.470	-	(125.364)	(10.025)	-
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	28/01/2026	-	135.550	-	(1.109)	1.460	-	(125.355)	(10.546)	-
Claro	d.2)	Amov Finance	2,82%	26/02/2026	-	277.775	-	(2.325)	2.615	-	(250.208)	(27.857)	-
Claro	d.2)	Amov Finance	3,14%	06/03/2026	-	568.010	-	-	5.330	-	(505.237)	(68.103)	-
Claro	d.2)	Amov Finance	3,14%	10/03/2026	-	579.600	-	-	5.231	-	(505.150)	(79.681)	-
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	22/01/2026	-	272.960	(104)	(4.518)	6.555	-	-	6.009	280.902
Claro	d.2)	Amov Finance	2,82%	23/02/2026	-	273.640	(104)	(4.904)	6.587	-	-	5.224	280.443
Claro	d.3)	Amov Finance	4,90%	11/03/2030	-	5.306.743	-	-	76.700	-	(4.817.673)	(565.770)	-
Claro	d.4)	NII International	4,22% (*) (**)	29/03/2026	-	-	-	-	210.404	-	7.621.376	152.579	7.984.359
Claro NXT	d.4)	NII International	4,54% (*) (**)	11/06/2023	-	-	-	-	106.546	-	3.498.547	678.814	4.283.907
Claro NXT	d.5)	Amov Finance	6,10%	17/12/2021	-	-	(1.967.240)	(5.333)	4.666	-	1.967.907	-	-
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	-	-	(1.493.243)	(141.933)	198.234	-	4.686.039	-	3.249.097
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	15/01/2026	-	-	(104)	(18.122)	28.162	-	2.007.515	231.646	2.249.097
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	27/01/2026	-	-	(104)	(1.136)	1.759	-	125.364	14.462	140.345
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	28/01/2026	-	-	(104)	(1.141)	1.759	-	125.355	14.466	140.335
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,82%	26/02/2026	-	-	(104)	(2.569)	3.907	-	250.208	28.935	280.377
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	3,14%	06/03/2026	-	-	(104)	(11.424)	8.703	-	505.237	58.155	560.567
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	3,14%	10/03/2026	-	-	(104)	(11.315)	8.703	-	505.150	58.035	560.469
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	4,90%	11/03/2030	-	-	(104)	(152.401)	128.851	-	4.817.673	536.554	5.330.573
Claro	d.7)	Amov Finance	10,30%	26/07/2028	-	1.538.000	(20)	(17.161)	69.965	-	-	-	1.590.784
Claro	d.8)	Amov Finance	12,20%	16/11/2028	-	543.850	-	-	8.478	-	-	-	552.328
Claro	d.9)	Amov Finance	12,00%	20/12/2028	-	571.740	-	-	2.287	-	-	-	574.027
					18.499.274	29.861.083	(26.842.838)	(1.481.972)	2.252.397	-	13.087.830	913.873	36.289.647

(*) taxa média

(**) vencimento final dos contratos

- (1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.
- (2) Em 2021 as controladas Claro e Claro NXT liquidaram juros e anteciparam a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos com a Amov Finance B.V. e América Móvil S.A.B. de C.V.
- (3) Em 11 de janeiro de 2021, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida, com a troca de credores dos empréstimos e não houve alterações nos demais termos contratuais.

Notas Explicativas

					Consolidado								
Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	31/12/2021	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Variação cambial	Transferência	Operações societárias (Nota 1 ii.)	31/12/2022
Claro	d.1)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	8.232.037	-	(364.870)	(925.220)	902.493	-	-	-	7.844.440
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	22/01/2026	280.902	-	-	(7.086)	1.123	(10.202)	(264.737)	-	-
Claro	d.2)	Amov Finance	2,82%	23/02/2026	280.443	-	-	(7.441)	1.507	(9.772)	(264.737)	-	-
Claro	d.2.1)	Amov S.A.B. de C.V.	2,54%	22/01/2026	-	-	-	-	1.304	(4.561)	264.737	-	261.480
Claro	d.2.1)	Amov S.A.B. de C.V.	2,82%	23/02/2026	-	-	-	-	1.304	(4.484)	264.737	-	261.557
Claro	d.4)	NII International	4,22% (*) (**)	29/03/2026	7.984.359	-	-	-	282.709	(515.565)	-	-	7.751.503
Claro NXT	d.4)	NII International	4,54% (*) (**)	11/06/2023	4.283.907	-	-	-	114.455	(277.194)	-	-	4.121.168
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	3.249.097	-	(917.054)	(364.530)	339.458	-	-	-	2.306.971
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	15/01/2026	2.249.097	-	-	(54.670)	45.738	(125.819)	(1.876.599)	-	237.747
Claro NXT	d.6.1)	Olympic Plaza Holding	2,54%	15/01/2026	-	-	-	-	6.252	(15.278)	1.128.783	-	1.119.757
Claro NXT	d.6.1)	Amov S.A.B. de C.V.	2,54%	15/01/2026	-	-	-	(986)	1.027	(6.525)	530.305	-	523.821
Claro NXT	d.6.1)	América Móvil Perú	2,54%	15/01/2026	-	-	-	-	1.205	(2.944)	217.511	-	215.772
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	27/01/2026	140.345	-	-	(3.277)	3.305	(9.152)	-	-	131.221
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	28/01/2026	140.335	-	-	(3.279)	3.305	(9.150)	-	-	131.211
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,82%	26/02/2026	280.377	-	-	(6.680)	7.342	(18.890)	-	-	262.149
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	3,14%	06/03/2026	560.567	-	-	(14.149)	16.353	(38.648)	-	-	524.123
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	3,14%	10/03/2026	560.469	-	-	(14.065)	16.353	(38.725)	-	-	524.032
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	4,90%	11/03/2030	5.330.573	-	-	(253.508)	252.979	(346.022)	-	-	4.984.022
Claro	d.7)	Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.590.784	-	-	(168.973)	160.612	-	-	-	1.582.423
Claro	d.8)	Amov Finance	12,20%	16/11/2028	552.328	-	(89.861)	(40.760)	32.282	-	-	(453.989)	-
Claro	d.9)	Amov Finance	12,00%	20/12/2028	574.027	-	-	(69.562)	69.562	-	-	-	574.027
Claro	d.10)	Amov Finance	13,20%	26/07/2028	-	511.070	-	(34.293)	37.478	-	-	-	514.256
Claro	d.11)	Amov Finance	12,95%	05/10/2028	-	337.669	-	-	10.689	-	-	-	348.358
Claro	d.12)	Amov Finance	13,18%	28/12/2028	-	421.536	-	-	617	-	-	-	422.153
					36.289.647	1.270.275	(1.371.785)	(1.968.479)	2.309.453	(1.432.931)	-	(453.989)	34.642.191

(*) taxa média

(**) vencimento final dos contratos

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

Notas Explicativas

- d.1) Em 11 de janeiro de 2021, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida alterando o credor de América Móvil S.A.B. de C. V. – México, para Amov Finance B.V.- Holanda. As demais condições contratuais permaneceram inalteradas.

Entre 1º e 11 de janeiro de 2021 a controlada Claro antecipou o pagamento parcial de alguns contratos no valor de R\$48.855 de principal e R\$67.459 de juros, para a América Móvil S.A.B de C.V. e, de janeiro a setembro de 2021, a controlada Claro antecipou pagamentos à Amov Finance, sendo R\$417.174 de principal e liquidou juros devidos no total de R\$633.388.

Em 30 de setembro de 2021, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida alterando o credor de América Móvil Perú S.A.C. – Peru, para Amov Finance B.V., - Holanda. Permaneceram inalteradas as demais condições contratuais.

- d.2) De janeiro a março de 2021, para compor o reperfilamento de passivos, da controlada Claro, as controladas Claro e Claro NXT contrataram os empréstimos a seguir, no valor total de USD800.000, com as seguintes características.

Devedor	Valor (USD)	Data da contratação	Taxa de juros	Vencimento
Claro	50.000.000	22/01/2021	2,54%	22/01/2026
Claro	50.000.000	22/02/2021	2,82%	23/02/2026
Claro NXT (*)	400.000.000	15/01/2021	2,54%	15/01/2026
Claro NXT (*)	25.000.000	27/01/2021	2,54%	27/01/2026
Claro NXT (*)	25.000.000	28/01/2021	2,54%	28/01/2026
Claro NXT (*)	50.000.000	26/02/2021	2,82%	26/02/2026
Claro NXT (*)	100.000.000	05/03/2021	3,14%	06/03/2026
Claro NXT (*)	100.000.000	09/03/2021	3,14%	10/03/2026

(*) Trata-se da operação societária, conforme Nota 1 iii. / iv.

- d.2.1) Em 14 de outubro e 24 de novembro de 2022, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida alterando o credor de Amov Finance – Holanda para América Móvil S.A. de C.V. – México. Permaneceram inalteradas as demais condições contratuais.

- d.3) Em março de 2021, a controlada Claro, fez a modificação de um contrato da dívida, cujo saldo era de R\$5.306.743. As principais alterações foram a troca da moeda de Reais para Dólares Americanos, redução da taxa de juros fixa de 11,5% para 4,9% a.a., e alongamento do perfil da dívida, alterando o vencimento de 2027 para 2030.

- d.4) Em 05 de fevereiro de 2021, foram realizadas operações societárias onde a controlada Claro incorporou a NXT Par. Nesta mesma data, alguns passivos da Claro NXT foram cindidos e incorporados pela controlada Claro. Desta forma, a partir de 05 de fevereiro de 2021 a controlada Claro assumiu as obrigações das dívidas das companhias citadas, mantendo em plena eficácia e efeito os mesmos termos e condições originalmente contratados.

- d.5) No dia 18 de dezembro de 2019, a controlada Claro NXT firmou com a Amov Finance B.V. um contrato de empréstimo no valor de R\$2.110.000. Este empréstimo foi utilizado para compor o reperfilamento de passivos da subsidiária. No decorrer de 2020 e 2021, a Companhia efetuou o pagamento total deste contrato.

- d.6) Em 26 de julho de 2021, com o objetivo de alongar o perfil da dívida e melhor adequação ao fluxo de caixa. A controlada Claro NXT realizou pagamento parcial de empréstimo junto à Amov Finance B.V., no valor de R\$1.493.243 de principal e juros de R\$52.679.

Notas Explicativas

d.6.1) Em 14 de outubro e 24 de novembro de 2022, a controlada Claro NXT Telecomunicações fez uma reestruturação de uma dívida alterando o credor de Amov Finance – Holanda para América Móvil Perú S.A.C. – Peru, América Móvil S.A. de C.V. – México e Olympic Plaza Holding, N.V. - Holanda. Permaneceram inalteradas as demais condições contratuais.

d.7) Em 26 de julho de 2021 a controlada Claro contraiu um novo empréstimo com a Amov Finance B.V., no valor de R\$1.538.000, com taxa de juros de 10,3%a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento final em 26 de julho de 2028.

d.8) No dia 16 de novembro de 2021 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R\$543.850, com taxa de juros de 12% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 16 de novembro de 2028.

Em 14 de junho de 2022, com a Cisão parcial da controlada Claro para a TBSA foi realizada a transferência parcial do principal contrato (Nota 1 ii.).

d.9) No dia 20 de dezembro de 2021 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R\$571.740, com taxa de juros de 12% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 20 de dezembro de 2028.

d.10) No dia 15 de junho de 2022 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R\$511.070, com taxa de juros de 13,2% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 15 de junho de 2028.

d.11) No dia 05 de outubro de 2022 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R\$337.669, com taxa de juros de 12,95% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 05 de outubro de 2028.

d.12) No dia 28 de dezembro de 2022 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R\$421.536, com taxa de juros de 13,18% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 28 de dezembro de 2028.

Debêntures

Em 27 de julho de 2018 a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures quirografárias privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.515.000 de principal, remuneradas a 104,25% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2019, e prazo de 3 anos, com vencimento final em julho de 2021. Estas debêntures foram subscritas em sua totalidade pela controlada Claro.

Nesta mesma data a controlada Claro realizou a 8ª (oitava) emissão de debêntures quirografárias privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.515.000 de principal, remuneradas a 105% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2019, e prazo de 3 anos, com vencimento final em julho de 2021.

Em 27 de julho de 2020, a controlada Claro transferiu a totalidade das debêntures adquiridas para a controlada Americel.

Notas Explicativas

Em 27 de julho de 2021 a controlada Claro liquidou a oitava emissão de debêntures quirografárias privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.515.000 de principal, e juros de R\$22.968.

Em 27 de julho de 2021, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.538.000 de principal, remuneradas a CDI mais 1,55%, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2022, prazo de 3 anos, com vencimento final em 27 de julho de 2024. Estas debêntures foram subscritas em sua totalidade pela controlada Claro NXT.

Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia alterou a forma de pagamento dos juros da 2ª. emissão privada de debêntures quirografárias (segunda emissão), no valor de R\$1.538.000, de pagamentos semestrais para juros a serem liquidados no final, junto com o principal em 27 de julho de 2024.

Empresa	31/12/2021	Captação	Provisão de juros	31/12/2022
Claro NXT	1.591.177	-	224.481	1.815.658
	1.591.177	-	224.481	1.815.658

16.2. Remuneração dos administradores

	Consolidado	
	2022	2021
Salário	28.617	20.543
Benefícios diretos e indiretos	788	778
Participação nos resultados	15.003	11.605
Outros	1.025	932
Total	45.433	33.858

Notas Explicativas**17. Planos de benefício pós-emprego**

Demonstrativo de movimentação no consolidado:

a) Ativo atuarial:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	120.515	257.583
Outros resultados abrangentes	2.216	36.087
Avaliação plano benefício definido	5.026	11.621
Recebimentos efetuados	(127.733)	(184.776)
Saldo final	24	120.515
Circulante	-	120.495
Não circulante	24	20

b) Passivo atuarial:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	1.776.687	2.578.692
Operações societárias (Nota 1 iv.)	-	897
Outros resultados abrangentes	(146.758)	(925.395)
Atualizações atuariais	1.443	2.280
Custo dos serviços e juros, líquidos	153.988	201.921
Pagamentos efetuados	(91.210)	(81.708)
Saldo final	1.694.150	1.776.687
Circulante	9.283	9.996
Não circulante	1.684.867	1.766.691

As controladas Claro, TdB, Americel e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam:

- (i) Plano de Benefício Definido (“PBD”) e Plano de Assistência Médica (“AMAP”) para os aposentados participantes do PBD: A controlada Claro;
- (ii) Plano de Contribuição Variável (“PCV”): As controladas Claro, TdB, Americel e Tvsat;
- (iii) Plano de saúde: As controladas Claro, Americel e Claro NXT; e
- (iv) Plano Gerador de Benefício Livre (“PGBL”): As controladas Claro e Americel.

As controladas Claro e Americel oferecem plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante consolidado, que somavam R\$1.684.867 em 31 de dezembro de 2022. O montante de contribuições projetadas para o AMAP no exercício de 2023 é de R\$14.543.

Notas Explicativas

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social ("PREVIC"), a alteração do regulamento do PBD, e publicada no Diário Oficial no dia 02 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

Em 31 de dezembro de 2022, a posição consolidada de participantes do PBD era: 3.035 aposentados e pensionistas.

As controladas Claro e Americel ofereciam aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% à 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2022, monta à importância de R\$9.283 no circulante e R\$391 no não circulante.

Em 20 de dezembro de 2018, a controlada Claro firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028.

Notas Explicativas

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2022 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.561 ativos, 4.426 aposentados e pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2023 é de R\$1.443.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano.

Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, consolidadas:

Ativo (passivo) de benefícios	2022			2021		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Valor presente das obrigações atuariais	(1.683.959)	(2.615.112)	(1.955.577)	(1.763.451)	(2.865.774)	(2.073.540)
Valor justo dos ativos	7.859	4.244.864	3.384.621	7.893	4.185.266	2.716.522
Superávit (déficit) do plano	(1.676.100)	1.629.752	1.429.044	(1.755.558)	1.319.492	642.982
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irre recuperável)	-	(1.629.752)	(1.437.397)	-	(1.198.997)	(652.415)
Plano de benefício ativo, líquido	-	-	8.353	-	-	9.433
Dívida contratada	-	-	(9.674)	-	-	(11.676)
Total do passivo atuarial	(1.676.100)	-	(9.674)	(1.755.558)	120.495	(11.676)

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	2022			2021		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	(1.763.451)	(2.865.774)	(2.073.540)	(2.330.809)	(3.055.821)	(2.605.139)
Operações societárias (Nota 1 iv.)	-	-	-	(767)	-	(937)
Custo do serviço corrente	(3.934)	-	(551)	(17.320)	-	(676)
Custo dos juros	(149.577)	(231.780)	(168.645)	(168.703)	(189.964)	(162.805)
Ganho/perdas atuariais	136.136	131.493	89.707	693.211	21.536	520.474
Benefícios pagos para ativos do plano	15.648	350.949	197.452	17.437	358.475	175.543
Benefícios pagos pela empresa	81.219	-	-	43.500	-	-
Saldo final	(1.683.959)	(2.615.112)	(1.955.577)	(1.763.451)	(2.865.774)	(2.073.540)

Notas Explicativas

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2022			2021		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	7.893	4.185.266	2.716.522	8.048	4.197.459	2.362.843
Operações societárias (Nota 1 i.)	-	-	-	-	-	807
Rendimentos sobre ativos do plano	805	338.845	223.889	595	258.872	147.096
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(839)	199.435	637.932	(750)	272.186	377.369
Contribuições da patrocinadora	15.648	(127.733)	3.730	17.437	(184.776)	3.950
Benefícios pagos	(15.648)	(350.949)	(197.452)	(17.437)	(358.475)	(175.543)
Saldo final	7.859	4.244.864	3.384.621	7.893	4.185.266	2.716.522

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável) para os seguintes planos:

	2022		2021	
	PBD	PCV	PBD	PCV
Saldo inicial	(1.198.997)	(652.415)	(884.054)	-
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(102.034)	(55.979)	(57.287)	-
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	(328.721)	(729.003)	(257.656)	(652.415)
Saldo final	(1.629.752)	(1.437.397)	(1.198.997)	(652.415)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
2023	99.101	301.074	229.111
2024	109.723	303.203	228.614
2025	120.606	304.473	227.779
2026	130.747	304.652	226.553
2027	142.761	303.956	224.891
2028 a 2032	863.101	1.468.543	1.080.634

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2022			2021		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Custo do serviço corrente	(3.934)	-	(551)	(17.320)	-	(676)
Juros líquido passivo (ativo)	(148.772)	(5.026)	(735)	(168.108)	(11.621)	(15.709)
	(152.706)	(5.026)	(1.286)	(185.428)	(11.621)	(16.385)

Notas Explicativas

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

	AMAP	PBD	PCV
Taxa de desconto	10,05% a.a.	10,11% a.a.	10,11% a.a.
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento dos custos médicos	5,05% a 9,71% a.a.	-	-
Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.	-	-
Custo médico anual, aos 65 anos de idade (1)	R\$17.972	-	-

(1) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2020 a 2021.

b) Fatores biométricos

	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)	AT-2000 (2)	AT-2000 (2)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 80	CSO 80	CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (2)	-	Álvaro Vindas(-50%)
(iv) Rotatividade	Nula	-	-

(2) Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Taxa de desconto	9,05% - 11,05%	9,11% - 11,11%	9,11% - 11,11%
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%	-	-

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

Plano de benefícios	2022		2021	
	Consolidado		Consolidado	
	Taxa de desconto		Taxa de desconto	
	1%	-1%	1%	-1%
PBD	2.457.945	(2.792.418)	2.682.141	(3.074.955)
AMAP e plano de saúde	1.523.652	(1.876.348)	1.676.144	(2.117.311)
PCV	1.837.087	(2.089.470)	1.934.407	(2.232.460)

A natureza dos investimentos dos planos está alocada como segue:

	2022		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Ações	-	0,01%	4,41%
Fundos de investimento	100,00%	92,02%	95,11%
Investimentos imobiliários	-	6,30%	0,48%
Outros	-	1,67%	-
	100,00%	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

18. Passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 é de 11,27%, com prazo médio de vencimento de sete anos.

Seguindo a Deliberação CVM Nº 859 de 7 de julho de 2020, a qual aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, como expediente prático, a Companhia optou por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que ocorreu como consequência direta da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento. Dessa forma, a Companhia e suas controladas reconheceram qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato como se não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	7.751.623	5.423.859
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	2.186.210	-
Operações societárias (Nota 1 ii. / v.)	(1.168.357)	2.042.793
Adições, líquidas (1) (2)	7.160.818	1.755.547
Encargos financeiros	1.392.464	929.388
Pagamentos	(3.482.553)	(2.399.964)
Saldo final	13.840.205	7.751.623
Circulante	3.360.198	2.333.592
Não circulante	10.480.007	5.418.031

- (1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.
- (2) Inclui valores de *base fee* e terrenos reconhecidos em julho de 2022 com a parte relacionada TBSA no montante de R\$5.607.254, em decorrência da operação societária na Nota 1 ii.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2022:

<u>Vencimentos das prestações</u>	<u>Valor</u>
2023	3.553.773
2024	3.075.853
2025	2.816.144
2026	2.283.413
2027	2.011.941
Posterior a 2027	7.493.672
Valores não descontados	21.234.796
Juros embutidos	(7.394.591)
Saldo do passivo de arrendamento	13.840.205

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$9.509.569, divididos em 203.583.506.268 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

1. Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal constituída no exercício foi até o limite de 20% do capital social realizado, de acordo com o limite legal societário. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

2. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou a reserva de lucros no montante de R\$1.485.648 eferente ao lucro líquido ajustado após dividendos a pagar e R\$16.779 de reversão de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em 31 de dezembro de 2021, R\$1.663.072 referente ao lucro líquido ajustado após dividendos a pagar e R\$14.645 de reversão de dividendos mínimos obrigatórios).

c) Outros resultados abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais no montante de R\$46.306 (R\$293.657 em 31 de dezembro de 2021) e reflexo de variação cambial sobre o investimento líquido no exterior no montante de R\$178 (R\$3.164 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**d) Dividendos mínimos obrigatórios**

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária, após apropriação à reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu dividendo mínimo obrigatório de R\$15.007.

e) Resultado por ação

	2022	2021
Resultado do período atribuível aos acionistas da companhia:		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	1.579.637	1.935.026
Denominador (por lote de mil ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.583.506	203.583.506
Lucro líquido básico e diluído por ação, em reais:		
Ação ordinária	0,00776	0,00950

A Companhia não possui nenhuma ação ordinária potencial que pudesse diluir o cálculo do resultado por ação.

f) Destinação do lucro líquido

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.579.637	1.935.026
Constituição da reserva legal	(78.982)	(88.414)
Constituição de lucros a realizar	(1.485.648)	(16.799)
Dividendos mínimos obrigatórios	(15.007)	(1.663.072)

20. Receita operacional, líquida

	Consolidado	
	2022	2021
Receita bruta de serviços	51.301.310	50.130.937
Receita bruta de aparelhos	2.267.910	1.898.405
Deduções de vendas:		
Tributos	(9.867.998)	(11.450.518)
Descontos	(989.122)	(834.917)
Devoluções	(39.338)	(25.909)
Receita operacional, líquida	42.672.762	39.717.998

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas Explicativas

21. Custos e despesas por natureza

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Consolidado	
	2022	2021
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(25.196.435)	(23.775.050)
Despesas comerciais	(8.556.326)	(7.636.889)
Despesas gerais e administrativas	(3.173.889)	(2.959.956)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.211.703	1.030.762
	(35.714.947)	(33.341.133)
Serviços de terceiros	(9.286.076)	(8.395.356)
Depreciação e amortização	(11.031.667)	(10.155.172)
Mão de obra própria	(4.179.513)	(3.774.172)
Interconexão	(1.508.015)	(1.461.362)
Canais de conteúdo	(4.248.099)	(4.748.785)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(1.690.868)	(1.415.489)
Taxas e contribuições	(1.645.062)	(1.463.397)
Aluguéis	(81.181)	(279.901)
Publicidade	(1.012.559)	(773.995)
Perda com recebíveis (1)	(989.281)	(712.649)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(42.626)	(160.854)
	(35.714.947)	(33.341.132)

(1) Compreende provisão para perda de crédito esperadas e, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Juros sobre tributos e outros	3.613	610	433.550	316.820
Receita de aplicação financeira	22	48	49.182	11.948
Outras receitas financeiras	369.373	-	440.779	31.313
Variações cambiais, líquidas	25.683	-	1.380.792	-
Variações monetárias, líquidas	3	13	-	45.684
	398.694	671	2.304.303	405.765
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras e juros				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(224.551)	(78.123)	(3.488.622)	(2.578.917)
Provisão de contingências	-	(18)	(626.094)	(753.746)
Juros sobre tributos	(17.345)	(33)	(639.538)	(163.617)
Arrendamentos	-	-	(1.392.464)	(929.388)
Outras despesas financeiras	(159)	(369)	(344.724)	(361.373)
Variações cambiais, líquidas	-	(27.170)	-	(1.037.627)
Variações monetárias, líquidas	-	-	(49.930)	-
	(242.055)	(105.713)	(6.541.372)	(5.824.668)
	156.639	(105.042)	(4.237.069)	(5.418.903)

Notas Explicativas

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Corrente		
Imposto de renda	(266.461)	(456.549)
Contribuição social	(116.070)	(186.707)
	(382.531)	(643.256)
Diferidos		
Imposto de renda	164.668	2.281.836
Contribuição social	60.053	823.000
	224.721	3.104.836
	(157.810)	2.461.580

A Companhia e algumas controladas possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R\$2.377.497 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.522.350 em 31 de dezembro de 2021), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.588.440	1.935.026	2.743.857	990.584
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(540.070)	(657.909)	(932.911)	(336.799)
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	487.126	694.553	7.858	11.092
Perdas com recebíveis	-	-	(14.683)	(21.628)
Tributos diferidos (1)	44.116	(25.356)	433.099	2.182.210
Lucro da exploração	-	-	32.837	26.408
Subvenção ICMS (2)	-	-	222.837	380.373
Subcapitalização	-	-	(17.991)	(179.232)
Outras despesas não dedutíveis	-	-	-	703.761
Outras adições (exclusões) (3)	25	(11.288)	111.144	(304.605)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do período	(8.803)	-	(157.810)	2.461.580
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.803)	-	(382.531)	(643.256)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	224.721	3.104.836
Imposto de renda e contribuição social do período	(8.803)	-	(157.810)	2.461.580
Taxa efetiva	-0,6%	N/A	-5,8%	248,5%

- 1) Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias constituídos no período, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade, conforme nota 7.2, e sobre diferenças temporárias sem perspectiva de recuperação conforme estudos técnicos.
- 2) Em 2020, com as recentes Soluções de Consulta Cosit nºs 11 e 15, de março de 2020 que confirmam a natureza interpretativa da LC 160/2017 e a possibilidade de aplicação retroativa da norma, a controlada Claro passou a beneficiar-se dos incentivos de Subvenção ICMS sobre TV, previstos na Lei Complementar citada e no art. 30 da Lei 12.973/2014, portanto os valores correspondentes a este incentivo não são computados na determinação do lucro real, com impacto em 30 de setembro de 2022 no montante de R\$197.376 (R\$101.742 em 31 de dezembro de 2021).
- 3) Em 2019 e 2020 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% (2019) e 80% (2020) do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Entretanto tal benefício foi declarado somente na entrega da ECF de 2020 e 2021 que ocorreram em setembro de 2021 e agosto de 2022 respectivamente. Os efeitos da adoção desse benefício impactaram o IRPJ e a CSLL no ano de 2021 e 2022.

Notas Explicativas

24. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos

a) Valores estimados de mercado

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.

As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.

Os saldos de mútuos com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício.

Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

Consolidado				
2022				
	Classificação	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	(1)	Nível 1	1.739.669	1.739.669
Contas a receber	(2)	Nível 2	6.426.906	6.426.906
Depósitos e bloqueios judiciais	(1)	Nível 1	4.377.228	4.377.228
			12.543.803	12.543.803
Passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)	Nível 2	11.476.617	11.476.617
Passivo de arrendamento	(2)	Nível 2	13.840.205	13.840.205
Mútuos com partes relacionadas em reais	(2)	Nível 2	13.592.627	12.549.888
Mútuos com partes relacionadas em dólares	(2)	Nível 2	21.049.564	20.047.785
Empréstimos	(2)	Nível 2	1.688.153	1.734.210
Notas promissórias	(2)	Nível 2	819.049	845.275
Debêntures com partes relacionadas	(2)	Nível 2	1.815.658	1.829.968
Debêntures	(2)	Nível 2	8.628.154	9.079.138
			72.910.027	71.403.086

(1) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado;

(2) Custo amortizado.

Notas Explicativas

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:

b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.739.669	1.738.910
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(11.135.356)	(5.857.462)
Endividamento líquido	9.395.687	4.118.552
Patrimônio líquido	16.468.750	13.783.239
	57,1%	29,9%

c) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário I	Dólar - 5%	R\$4,9568
Cenário II	Dólar - 25%	R\$3,9133
Cenário III	Dólar - 50%	R\$2,6089

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R\$5,4786
Cenário II	Dólar + 25%	R\$6,5221
Cenário III	Dólar + 50%	R\$7,8266

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2022	Ganho/(perda)			
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III	
Queda do US\$					
Partes relacionadas	R\$ 21.049.564	1.052.478	5.262.391	10.524.782	
Fornecedores	R\$ 147.447	7.372	36.862	73.723	
Outros (Ativos-Passivos)	R\$ 153.236	(7.662)	(38.309)	(76.618)	
Total		1.052.188	5.260.944	10.521.887	
Alta do US\$					
Partes relacionadas	R\$ 21.049.564	(1.052.478)	(5.262.391)	(10.524.782)	
Fornecedores	R\$ 147.447	(7.372)	(36.862)	(73.723)	
Outros (Ativos-Passivos)	R\$ 153.236	7.662	38.309	76.618	
Total		(1.052.188)	(5.260.944)	(10.521.887)	

d) Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2022	CDI + 50%	CDI – 50%
13,65%	20,48%	6,83%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2022	Ganho/(perda)	
		Cenário I	Cenário II
Dívida indexada a CDI	R\$9.447.203	(515.257)	660.098

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

e) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (“*dealers*”) e distribuidores de cartões pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

Notas Explicativas

O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, *internet* banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar à *internet*, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantém limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, conforme Notas 13, 16, 18 e 25.

25. Compromissos

A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Consolidado
2023	4.004.589
2024	582.421
2025	565.118
2026	476.563
2027	473.273
Posterior a 2027	2.556.667
Total	8.658.631

Notas Explicativas

26. Seguros

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$1.789.835, abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. Outras garantias

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, regulatórias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$22.800.865 em 31 de dezembro de 2022 (R\$18.817.820 em 31 de dezembro de 2021).

28. Eventos subsequentes

a) Debêntures e empréstimo

Em 27 de janeiro de 2023 a controlada Claro realizou a 13ª emissão de 1.500.000 debêntures quirografárias (décima terceira emissão) privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$1.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 1,35%, juros a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2023, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 27 de janeiro de 2026. As debêntures emitidas não têm garantia.

No dia 23 de janeiro de 2023, a controlada Claro contraiu novo empréstimo com parte relacionada, Amov Finance-Holanda, no valor de R\$2.059.285, cujo ingresso foi realizado nos dias 23, 24 e 26 de janeiro, com taxa de juros de 13,30% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 24 de janeiro de 2028.

Em 30 de janeiro de 2023, a controlada Claro liquidou 2.500.000 debêntures relativas à 10ª emissão da Companhia, no valor de R\$2.500.000 de principal e R\$182.957 de juros, remuneradas a CDI + 1,35%, emitidas em 30 de janeiro de 2022.

b) Incorporação Jonava

Em 22 de março de 2023, a ANATEL aprovou a incorporação da Jonava pela controlada Claro por meio do Acórdão n.º 59. De acordo com a referida decisão, a implementação da referida incorporação está condicionada à publicação pela ANATEL, no Diário Oficial da União, do Ato de transferência Serviço Móvel Pessoal – SMP da Jonava para a controlada Claro. Após a publicação do referido Ato pela Agência, a incorporação poderá ser implementada.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
Claro Telecom Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia e suas controladas possuíam registrado na rubrica de tributos diferidos, líquidos o montante de R\$ 11.357.881 mil em 31 de dezembro de 2022, referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7.2. A Companhia e suas controladas reconhecem estes tributos diferidos na extensão da análise referente à expectativa de geração de lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia e de suas controladas, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles internos da Companhia sobre os tributos diferidos ativos, incluindo os controles internos sobre a análise de realização de tais tributos;
- Envolvimento de nossos profissionais especialistas em projeções financeiras para auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses tributos diferidos;
- Envolvimento de nossos especialistas em impostos para auxiliar nas análises sobre o cálculo dos tributos diferidos ativos;
- Análise das projeções para a realização dos tributos diferidos preparadas pela diretoria, que incluiu, principalmente: (i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; (ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico-financeiro do ambiente nacional; e (iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos

ativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 7.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Análise de recuperabilidade do ágio

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Companhia e suas controladas possuíam registrado o montante de R\$ 7.075.988 mil referente a ágio por expectativa de rentabilidade futura provenientes de diversas aquisições de negócios. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Essa análise é efetuada com base no plano plurianual de negócios e projeções de fluxo de caixa futuro das unidades geradoras de caixa nas quais o ágio está alocado. As premissas utilizadas neste procedimento estão divulgadas nas Notas Explicativas 3.12, 3.13 e 11, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio, desempenho do mercado no qual atua e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles internos relevantes da Companhia sobre ágio, incluindo os controles internos sobre a redução ao valor recuperável do ágio;
- Envolvimento de nossos profissionais especialistas em projeções financeiras para auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável do ágio;
- Análise das projeções preparadas pela diretoria para determinar o valor recuperável do ágio, que incluiu, principalmente: (i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas, (ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico-financeiro do ambiente nacional e (iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nº 3.12, 3.13, e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita

O reconhecimento de receita da Companhia envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 3.19

Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a assecuração da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia, consideramos nossos procedimentos nessa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles internos da Companhia: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia, que incluem os controles internos sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas; e (ii) controles automatizados estabelecidos pela diretoria relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles internos para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar. Nos referidos testes de controles, identificamos algumas falhas na operação e/ou desenho dos controles que ensejaram a alteração da natureza, época e extensão de alguns procedimentos de auditoria;
- Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar;
- Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar;
- Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 3.19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Aquisição da Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Jonava")

Conforme divulgado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, a Companhia adquiriu 100% das ações da Jonava por R\$ 3.571.566 mil. A aquisição foi contabilizada como uma combinação de negócios. Assim, a Companhia estimou o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos bem como a contraprestação contingente prevista no contrato de compra e venda usando modelos de valorização e premissas sobre o desempenho futuro dos negócios (incluindo taxas de crescimento de receita e rotatividade anual de clientes).

Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria devido à sua complexidade à incerteza significativa relacionada à estimativa das premissas utilizadas pela diretoria na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, sobretudo com referência ao intangível de carteira de clientes. As projeções e as premissas subjacentes são prospectivas e podem ser afetadas por eventos econômicos e condições de mercado futuros.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Obtivemos entendimento e avaliamos o desenho dos controles em relação ao processo contábil da Companhia para combinação de negócios, incluindo controles relacionados à identificação, ao reconhecimento e à mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Avaliamos também o desenho dos controles relacionados à avaliação de premissas utilizadas, como crescimento de receita e rotatividade anual de clientes;
- A avaliação do modelo utilizado pela Companhia na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos bem como as premissas significativas por ela utilizadas, teste da integridade e precisão dos dados subjacentes, e comparação das premissas significativas com as tendências mercadológicas e econômicas do setor;
- Envolvimento de nossos especialistas em modelos de valorização de negócios para auxiliar na avaliação das metodologias e dos modelos aplicados pela diretoria. No referido teste, identificamos distorções de auditoria oriundas da: (i) remensuração dos ativos de direito de uso, e (ii) determinação do preço de aquisição, as quais não foram corrigidas pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Avaliamos, ainda, as divulgações feitas pela Companhia com relação à combinação de negócios divulgada na Nota Explicativa nº 1.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e as premissas de reconhecimento e mensuração adotados pela diretoria no reconhecimento dessa aquisição de negócios, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Passivos contingentes tributários

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas no montante de R\$35.177.360 mil em 31 de dezembro de 2022, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$ 5.142.909 mil, sendo o valor remanescente de R\$ 30.034.451 mil divulgados pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos da NBC TG 25 (IAS37) – Provisões, Passivo Contingentes e Ativo Contingentes, conforme divulgado na Nota Explicativa 15.1. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e também da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria sobre os passivos contingentes tributários incluíram, dentre outros:

- Entendimento com base em discussões com a diretoria e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, riscos e controles internos implementados pela diretoria;
- Teste dos controles internos da Companhia sobre os passivos contingentes tributários;
- Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos contratados pela diretoria indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia é parte e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2022;
- Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 comparativamente aos controles internos utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognósticos foram considerados como provável ou possível pela diretoria.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e divulgação das contingências tributárias, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas utilizados pela diretoria no reconhecimento e mensuração da referida provisão, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 15.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu, relatório, em 30 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Bruno Mattar Galvão
Contador CRC-SP267770/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores